

2012 Relatório de Sustentabilidade



2012 Relatório de
Sustentabilidade



2012 Relatório de Sustentabilidade



Empresas associadas – 2012

Aperam South America
ArcelorMittal Aços Longos
ArcelorMittal Tubarão
Cia Siderúrgica Nacional
Gerdau Açominas S.A.
Gerdau Aços Especiais S.A.
Gerdau Aços Longos S.A.
Siderúrgica Norte Brasil S.A.
ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas)
V&M do Brasil S.A.
Vallourec & Sumitomo
Tubos do Brasil
Villares Metals S.A.
Votorantim Siderurgia S.A.

MISSÃO E PRINCÍPIOS DA INDÚSTRIA DO AÇO BRASILEIRA

Missão

A missão da indústria brasileira do aço é prover, com eficácia, o abastecimento interno de produtos siderúrgicos e participar, de forma permanente, do comércio mundial de aço, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social do país.

Princípios

As atividades do setor são norteadas por um conjunto de princípios aqui descritos:

Da livre iniciativa: inspirada nas necessidades do mercado e na associação do capital e trabalho, sem discriminações.

Da economia de mercado: o mercado é o melhor canal para que a sociedade expresse suas necessidades de bens e serviços, transcendendo a vontade isolada de indivíduos e instituições.

Do lucro e do preço: o lucro é o principal elemento de indução e preservação da livre iniciativa e, por extensão, da economia de mercado. Deve permitir o funcionamento e o crescimento autossustentado das empresas, remunerando adequadamente os capitais investidos. O preço deve ser a expressão da verdade econômica, regulado pela oferta e pela procura.

Do papel do governo: prover serviços públicos essenciais para que a iniciativa privada seja desenvolvida para atendimento das necessidades do país quanto à produção de bens e serviços.

Da responsabilidade social e dos recursos humanos: compromisso com a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, ofertando por meio de empresas eficientes, produtivas e permanentemente orientadas pelo mercado, oportunidades de crescimento, com geração de riquezas para todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e comunidades.

Do comércio internacional: a maior integração da economia brasileira no mercado internacional constitui instrumento para manutenção de estrutura produtiva eficiente e competitiva, tanto pelo estímulo ao aprimoramento da qualidade, como pela possibilidade de obtenção de ganhos de escala.

Do meio ambiente e da estrutura produtiva: atuação segundo os princípios e valores do desenvolvimento sustentável, fazendo uso mais racional dos recursos naturais e insumos que utiliza e adotando tecnologias economicamente provadas e viáveis para reduzir seus impactos sobre o meio ambiente.

Da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico: apoio às atividades de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologias nacionais, sem prejuízo de acesso às modernas tecnologias desenvolvidas no exterior.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Esta é a 7ª edição do Relatório de Sustentabilidade do Instituto Aço Brasil. O relatório apresenta consolidação do desempenho da indústria do aço, no ano de 2011, em relação aos três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social.

Nos últimos três anos, o setor vem se defrontando, assim como outros setores da economia brasileira, com dificuldades geradas pela crise econômica mundial. Excedente de oferta de aço no mercado internacional em patamar de 500 milhões de toneladas, aliado à queda de consumo desse material nos países desenvolvidos e ao fato de a China ter se transformado em exportadora líquida, vêm tornando o Brasil um dos mercados alvo para diversos produtores de aço de outros países.

Nesse cenário, em 2011, grande parte do esforço do setor esteve voltado a ações destinadas a preservar a participação da produção nacional de produtos siderúrgicos no mercado doméstico. Isso não tem sido fácil. Vem sendo significativas as importações diretas e indiretas de aço, impactando toda a cadeia metal mecânica e aprofundando o processo de desindustrialização em curso no país.

Não há como se ter sustentabilidade social ou ambiental se não houver a econômica. Da mesma forma, não haverá sustentabilidade econômica, principalmente de médio e longo prazos, se o setor não mantiver políticas e ações de responsabilidade social e ambiental.

Por essas razões, não obstante as dificuldades mencionadas, a indústria do aço manteve seus programas e projetos socioambientais em 2011. Forte gerador de empregos, o setor do aço mantém uma intensa interação com a comunidade circunvizinha às unidades industriais, seja em projetos culturais, esportivos e educacionais ou dando atenção ao bem-estar dos colaboradores e de suas famílias. Da mesma forma, são expressivos os resultados relacionados com a gestão ambiental das unidades industriais. Intensivo no uso de matérias primas e insumos, o processo de produção de aço vem maximizando o aproveitamento de materiais e de energia. O setor do aço é gerador de valor para todos os seus stakeholders: clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e sociedade em geral.

Em abril de 2012, o Instituto Aço Brasil e empresas associadas lançaram o "Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal", no qual ratificaram o compromisso do setor com a produção sustentável desse insumo. Um dos pontos mais relevantes do documento é o compromisso da indústria do aço de atingir, em até quatro anos, 100% de florestas plantadas para atender à sua demanda de carvão vegetal.

A concepção de produtos, por sua vez, também vem incorporando, de forma crescente, o ciclo de vida dos materiais, favorecendo aqueles que possam ser reciclados e não causem impactos sobre o meio ambiente ao fim da vida útil. Vale lembrar que o aço é um material eternamente reciclável. O setor vem enfrentando os desafios para o crescimento sustentável, transformando-os em oportunidades, na expectativa do aumento do consumo doméstico de aço, e considerando os cenários de médio e longos prazos nos quais o desempenho socioambiental será um diferencial importante de competitividade.

A história da indústria do aço está associada à história de desenvolvimento do Brasil. Das usinas instaladas no país saiu o aço para nossas hidrelétricas, torres de transmissão, edifícios, pontes e viadutos. Da mesma forma, o setor está associado ao esforço para a construção de um futuro sustentável para o planeta. Há pesquisa e desenvolvimento para a produção de novos tipos de aço que são usados na fabricação de veículos mais leves ou na construção de torres de geração de energia eólica. O aço é o material do presente e será o material essencial do futuro, para atendimento aos novos paradigmas de produção e consumo rumo a uma economia mais verde.

André B. Gerdau Johannpeter

Presidente do Conselho Diretor
Instituto Aço Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	8
Sobre o relatório	8
Definição do conteúdo e materialidade	8
Instituto Aço Brasil	13
Estrutura e funcionamento	14
Fomento à inovação e à excelência técnica	16
Relacionamento com públicos estratégicos	17
O aço no Brasil	19
Conjuntura setorial	20
A cadeia de produção e ciclo de vida do aço	21
Processo produtivo	21
Compromisso socioambiental	22
Produtos e mercados atendidos	23
Empresas associadas	25
Estrutura de governança	28
Gestão de relacionamentos e engajamento com os stakeholders	30
Clientes e consumidores	30
Fornecedores	31
Comunidade e sociedade	32
Desempenho das empresas associadas	37
Econômico	38
Geração e distribuição de valor	38
Planejamento e investimentos	38

Social	40
Público interno	40
Terceirização	41
Condições de equidade e combate à discriminação	42
Perfil do efetivo próprio	42
Rotatividade	50
Recrutamento na comunidade local	51
Remuneração e benefícios	51
Segurança e saúde no trabalho	54
Treinamento e desenvolvimento	58
Avaliação de desempenho e carreira	62
Relação com colaboradores e sindicatos	63
Meio Ambiente	64
Sistemas de gestão ambiental	64
Investimento em meio ambiente	64
Matérias-primas	65
Energia	69
Água	71
Efluentes	73
Emissões atmosféricas	74
Coproductos e resíduos	77
Áreas verdes	80
Gestão de impactos na biodiversidade	81
Gestão de impactos do transporte	82

Sumário de conteúdo GRI	84
Informações corporativas	90
Créditos	92

APRESENTAÇÃO

Sobre o relatório

Os dados necessários para elaboração desta publicação foram recolhidos por meio de questionários específicos e informações complementares. O período-base para análise e apuração das informações é o ano de 2011, trazendo como referência e objeto de análise, sempre que possível, séries históricas de três anos. Cabe lembrar que, em 2011, o Instituto Aço Brasil não publicou o Relatório de Sustentabilidade do setor com dados de 2010, prática que retoma a partir desta edição.

Salvo em casos específicos, as informações consolidadas neste relatório consideram as seguintes empresas associadas e suas respectivas unidades industriais produtoras de aço: Aperam, ArcelorMittal Aços Longos, ArcelorMittal Tubarão, Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Aços Longos S.A., SINOBRAS – Siderúrgica Norte Brasil S.A., ThyssenKrupp CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, V&M do Brasil S.A., Villares Metals S.A. e Votorantim Siderurgia S.A.

Dessa forma, o processo envolveu todas as empresas associadas que, ao fim de 2011, já haviam completado um ano de plena operação. Conseqüentemente, dados referentes à recém-associada Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – empresa joint venture dos grupos Vallourec e Sumitomo Metals, não integram o relatório.

Deve-se também ressaltar que, em 2011, a Companhia Siderúrgica Nacional

(CSN) não disponibilizou os dados para esta publicação. Para possibilitar a análise das informações históricas com uma base de dados consistente, optou-se, então, por desconsiderar as informações da CSN também dos anos anteriores. Apenas a demonstração do valor adicionado, consolidado a partir das demonstrações financeiras das empresas, inclui informações da CSN.

A participação das empresas em relação ao total de aço bruto produzido no período foi também utilizada para referenciar as informações de caráter qualitativo a respeito das políticas e práticas das associadas.

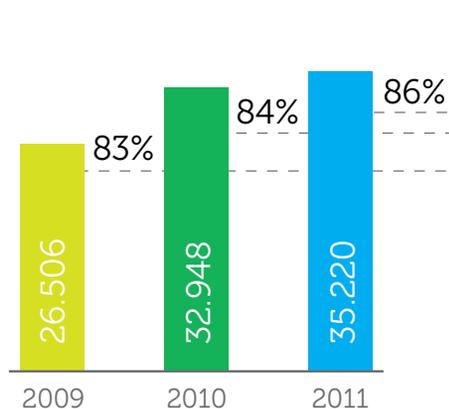
Por fim, como resultado do amadurecimento do processo de levantamento dos dados e dos protocolos que o norteiam, em alguns casos foi necessário o ajuste de informações ou da base de dados utilizada como referência de publicações anteriores.

Definição do conteúdo e materialidade

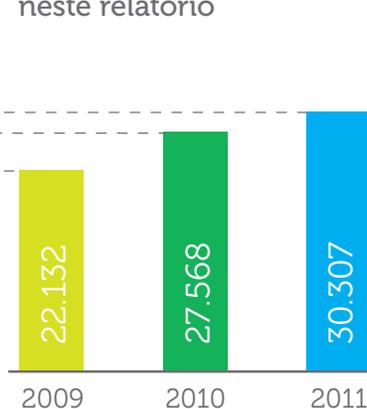
Com o objetivo de ampliar o entendimento e o envolvimento de públicos estratégicos no processo de elaboração de seu Relatório de Sustentabilidade, o Instituto Aço Brasil realizou, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, dois encontros sobre a publicação, com públicos de relacionamento da entidade. O objetivo desses encontros foi captar suas opiniões a respeito da indústria brasileira do aço, de forma a ajustar

Produção de aço bruto (10³t) Total x Considerada

Produção total



Produção considerada neste relatório



Não considerado:

2011: CSN (4.874) e VSB (39)

2010: CSN (4.902) e ThyssenKrupp CSA (478)

2009: CSN (4.375)

a publicação de acordo com seus anseios por informação.

Participaram dos encontros diferentes entidades envolvidas com as atividades do setor, tais como a Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o PBQP-H do Ministério das Cidades, a Confederação Nacional da Indústria, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço – INDA, o Sindicato Nacional das Indústrias de Trefilação e Laminação

de Metais Ferrosos – SICETEL, o Sindicato da Indústria de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares – SINPA, a Associação Brasileira da Construção Metálica – ABCEM, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ e a Associação Brasileira do Aço Inoxidável – ABINOX.

Ao final de cada encontro, os participantes foram convidados a avaliar a relevância de cada um dos temas previstos para conteúdo e estrutura dessa publicação.



Avaliação média de relevância por bloco



Temas indicados como de maior relevância

Tópicos avaliados como de “alta relevância” por 90% ou mais dos participantes.

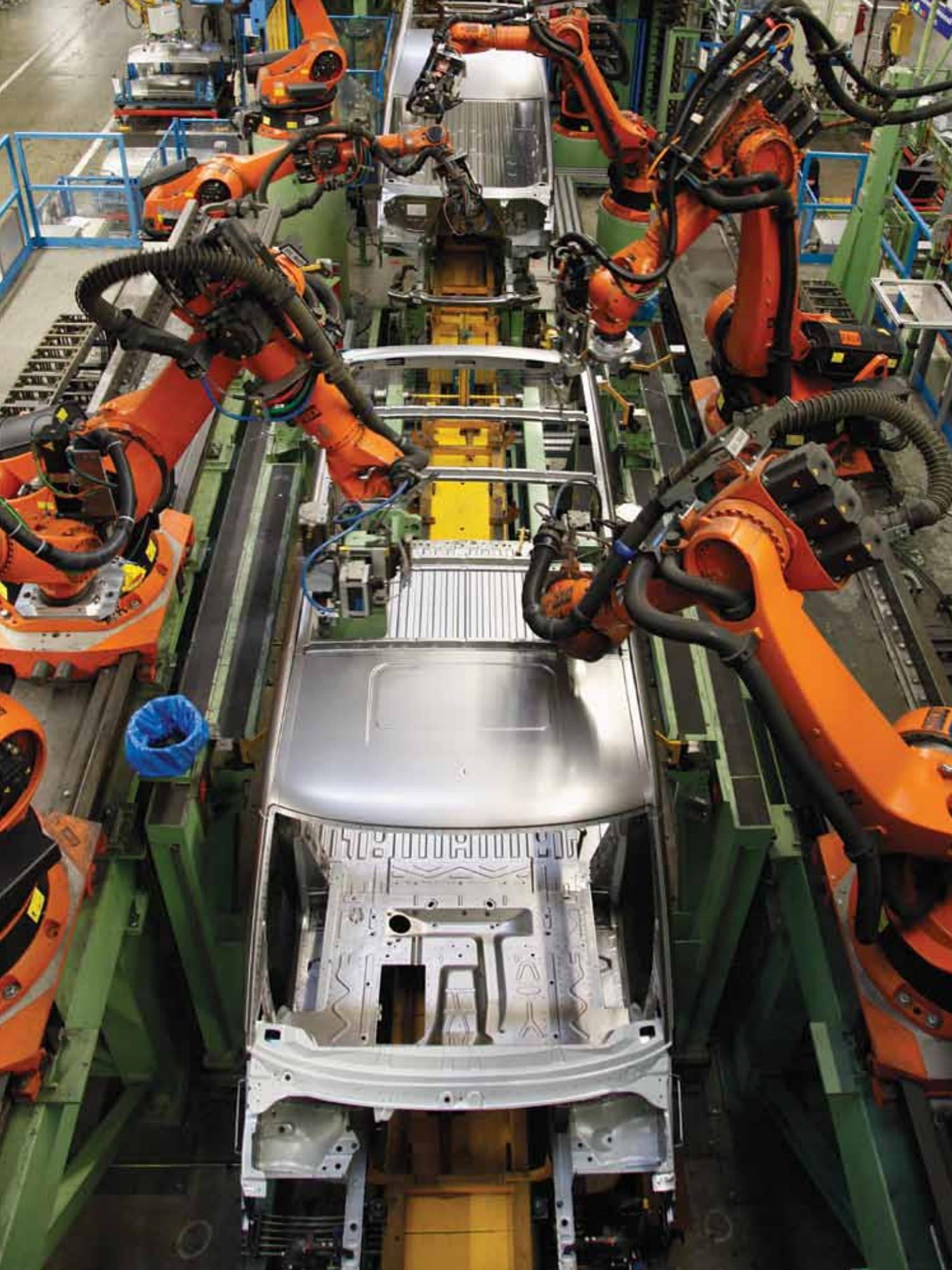
Itens em ordem alfabética. A ordem não diferencia relevância dos temas destacados.

Estrutura e atuação do Instituto Aço Brasil

Direcionadores de atuação
Governança no Instituto Aço Brasil
Relacionamento com os stakeholders

Empresas associadas

Água
Áreas de proteção e preservação ambiental
Áreas utilizadas (unidades industriais e produção de carvão vegetal)
Compromissos e práticas empresariais
Condições de equidade e iniciativas para valorização da diversidade
Contratação na comunidade local
Estratégias e iniciativas para engajamento de públicos estratégicos
Efluentes
Geração e distribuição de valor (valor adicionado)
Investimento social privado
Investimentos e projetos de expansão
Investimentos em infraestrutura para benefício público
Investimentos para proteção ambiental
Perfil das empresas associadas
Relacionamento com os stakeholders
Remuneração e benefícios
Resíduos e coprodutos (geração, destinação e comercialização)
Saúde e segurança
Treinamento e desenvolvimento



1

Instituto Aço Brasil

O Instituto Aço Brasil é a entidade que congrega e representa as empresas produtoras de aço no país e atua, desde sua fundação, em 1963, na promoção do desenvolvimento e da competitividade do setor, aliada aos compromissos de sustentabilidade de processos e produtos e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.



Estrutura e funcionamento

As diretrizes para governança e atuação

do Instituto são estabelecidas pelo Conselho Diretor, do qual participam os CEO's das empresas associadas. O presidente e o vice-presidente do Conselho Diretor são eleitos a cada dois anos.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização das contas da entidade. É composto por três representantes, também eleitos a cada dois anos, pelo Conselho Diretor. Há ainda o Conselho Consultivo, sem funções deliberativas, que funciona como órgão de consulta e assessoramento ao Conselho Diretor. Esse Conselho é composto por todos os ex-presidentes do Instituto e pelos atuais Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretor.

Para cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho Diretor, o Instituto Aço Brasil conta com uma Presidência Executiva e quatro Diretorias – Assuntos Institucionais e Sustentabilidade, Mercado e Economia, Assuntos Legislativos e Imagem e Comunicação.

Cabe ao Presidente Executivo coordenar o planejamento, a gestão, a organização e a direção dos serviços desenvolvidos pela equipe do Instituto, além de representar institucionalmente o setor nos foros públicos e privados de alto nível, bem como expressar o posicionamento setorial sobre diversas matérias junto aos meios de comunicação e demais stakeholders.

Sob coordenação das diretorias, são realizados estudos e pesquisas sobre produção, mercado, suprimentos, questões ambientais, relações no trabalho e outros temas de interesse da indústria do aço. Tais estudos fundamentam a atuação do Instituto junto a órgãos e entidades públicas e privadas no país e no exterior.

O Instituto Aço Brasil é fonte de referência para as estatísticas e informações sobre o setor, divulgando relatórios e publicações com dados de produção e consumo de produtos siderúrgicos e atendendo aos constantes pedidos de informações e entrevistas dos meios de comunicação.

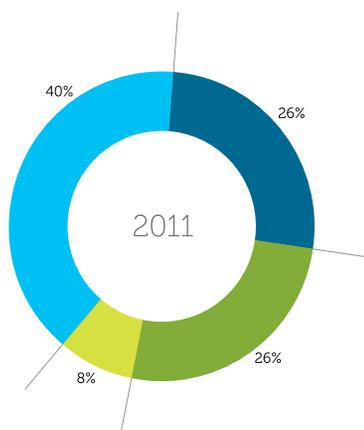
Colaboradores Instituto Aço Brasil

Por gênero



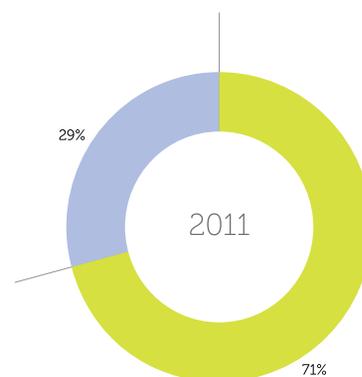
- Mulheres
- Homens

Por faixa etária



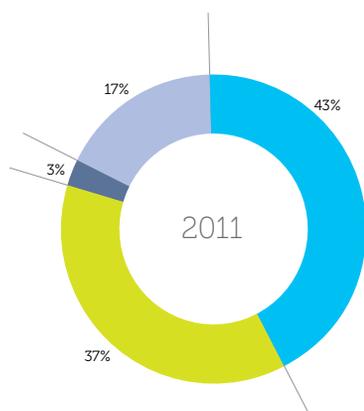
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

Por cor/raça



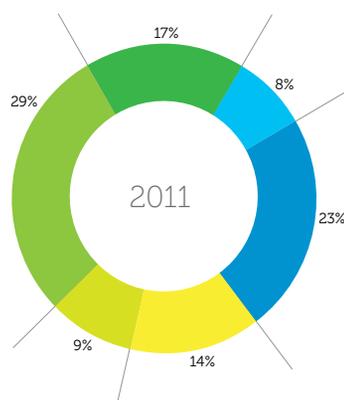
- Brancos
- Negros (pretos + pardos)
- Amarelos - 0%
- Indígenas - 0%

Por escolaridade



- Analfabetos - 0%
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação completa

Por tempo de empresa



- Até 1 ano
- 2 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- Acima de 30 anos

O Instituto emprega 35 colaboradores, contratados em regime CLT, para o desenvolvimento de suas atividades.

Fomento à inovação e à excelência técnica

O Instituto Aço Brasil, com total apoio e adesão de suas associadas, instituiu núcleos de fomento à inovação e à qualificação técnica de produtos e coprodutos siderúrgicos,

visando desenvolver e ampliar as alternativas de aplicações por parte dos segmentos consumidores, como o automotivo, de máquinas e equipamentos, a construção civil, entre outros. Assim, mantém e coordena as atividades do Centro de Coprodutos Aço Brasil – CCABrasil, do Centro Brasileiro da Construção em Aço – CBCA e do Comitê Brasileiro de Siderurgia – ABNT/CB28.

CENTRO DE COPRODUTOS AÇO BRASIL (CCABrasil)

O CCABrasil visa agregar valor aos coprodutos do processo siderúrgico, contribuindo para a reciclagem de materiais e para a preservação dos recursos não renováveis.

A criação desse centro é um importante passo para fomentar a utilização dos coprodutos do processo siderúrgico e a oferta desses materiais com forma e qualidade que atendam às necessidades dos segmentos consumidores.

CENTRO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO EM AÇO (CBCA)

O Centro Brasileiro da Construção em Aço iniciou suas atividades em 2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento da construção em aço no Brasil.

A iniciativa baseou-se em experiências exitosas de outros países, como Grã-Bretanha, EUA e Japão. O CBCA uniu-se também aos esforços de organizações nacionais que congregam representantes da indústria local, entidades e profissionais ligados à construção em aço.

O CBCA foi criado sob a forma de "consórcio", sem fins comerciais entre as empresas associadas e outras entidades, tendo o Instituto Aço Brasil como gestor.

COMITÊ BRASILEIRO DE SIDERURGIA ABNT CB/28

O Instituto Aço Brasil é o mantenedor do CB28, comitê técnico da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, responsável pelo desenvolvimento da normalização do aço e dos produtos siderúrgicos, com a participação de todos os segmentos interessados.

As normas técnicas facilitam a comunicação entre fabricantes e clientes, reduzindo custos e permitindo ao cliente/consumidor verificar a qualidade e conformidade dos produtos.



Relacionamento com públicos estratégicos

O Instituto Aço Brasil mantém política de relacionamento com instituições do Poder Público e organizações representativas da sociedade civil, visando estabelecer parcerias e programas cooperativos que propiciem o desenvolvimento sustentável do setor e do país.

No contato com órgãos e representantes do governo, comissões do Congresso Nacional e organizações da sociedade civil, busca colaborar, apresentando propostas para implementação ou aperfeiçoamento de leis, regulamentos e padrões, de forma que a legislação tenha o necessário equilíbrio e segurança jurídica que incentivem os investimentos em atividades produtivas no país.

O Instituto mantém ainda, no Brasil e no exterior, relacionamento com outras entidades setoriais, para troca de experiências e participação em estudos e análises de natureza econômica,

técnica e legal, com a finalidade de subsidiar o diálogo do setor com seus diferentes públicos.

Por fim, como representante de uma expressiva indústria de base, apoia e participa dos esforços para o desenvolvimento e melhoria da competitividade das cadeias produtivas que têm o aço como insumo.

Participação na Ação Empresarial

O Instituto Aço Brasil é responsável pela gestão e coordenação executiva das atividades da Ação Empresarial, que assina a Agenda de Princípios para o Brasil, preconiza o desenvolvimento sustentável do país e busca promover a geração de emprego, de renda e distribuição equilibrada de ganhos, riquezas e oportunidades.

Participam da Ação Empresarial 56 organizações, sendo 7 confederações, 7 federações e outras 42 associações, institutos, sindicatos e grupos empresariais.



2

O aço no Brasil

Conjuntura setorial

O consumo de aço tem grande relação

e impacto sobre o PIB e o crescimento econômico dos países. Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2011, intitulado "Importância Estratégica do Aço na Economia Brasileira", utilizou metodologia de análise multissetorial baseada no modelo matriz insumo-produto e apontou a relevância da indústria produtora de aço na alavancagem de diversas cadeias produtivas.

Segundo o estudo, utilizando o método de insumo-produto, foi possível analisar os impactos sócioeconômicos do aço muito além dos seus efeitos imediatamente visíveis, incorporando as cadeias de efeitos indiretos e induzidos gerados pela atuação simultânea de cada setor como produtor, consumidor de insumos e gerador de consumo das famílias. Por exemplo: se ao PIB do setor do aço no Brasil em 2010, estimado em R\$ 25 bilhões. Com a contabilização dos impactos indiretos e induzidos, estes se multiplicam substancialmente. No total, pode-se afirmar que, em 2010, o aço foi responsável por um total de R\$ 146,8 bilhões, ou 4,0% do produto interno bruto do país.

Da mesma forma, se esses efeitos fossem aplicados à quantidade de empregos gerados diretamente pelo setor, o número de ocupações no período passaria para quase 3,3 milhões. Isso significa que as ocupações geradas na economia, a partir do setor de produção do aço, se multiplicam por mais de 23 vezes, devido aos impactos

carregados para setores mais intensivos em mão de obra.

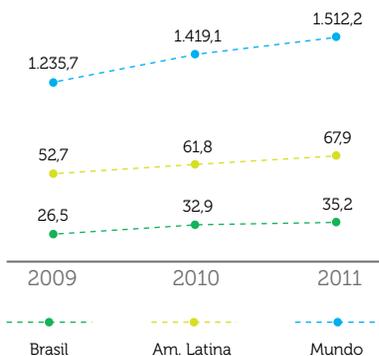
Portanto, o crescimento da indústria do aço tem grande impacto para a economia e sobre a sociedade como um todo. Enquanto em países europeus a média de consumo per capita passa de 400 kg/habitante, no Brasil se manteve em torno de 100 kg nos últimos 30 anos, indicador que mostra a possibilidade de crescimento do mercado interno de aço para o desenvolvimento econômico do país.

No mundo, segundo dados da World Steel Association, o crescimento da demanda de aço tem ocorrido com intensidades bem distintas nas diversas regiões, ocasionando alterações expressivas no fluxo de comércio internacional de produtos siderúrgicos. O consumo em 2011 cresceu 5,6% e atingiu 1.373 milhões de toneladas, apesar das catástrofes naturais no Japão e Tailândia e da deterioração econômica na Europa.

O excedente de capacidade mundial de mais de 500 milhões de toneladas levou à redução de preços do mercado internacional e ao aumento de práticas predatórias, o que somado aos incentivos fiscais brasileiros concedidos por alguns estados e à apreciação do real, provocaram aumento das importações diretas e indiretas de aço. O processo da desindustrialização foi aprofundado. O aumento das importações diretas e indiretas de aço contribuiu para a queda de 4,1% no consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil, correspondendo a 25 milhões de toneladas em 2011.

Produção de Aço Bruto

(10⁶t)



Fonte: Aço Brasil/ALACERO/worldsteel

A crise financeira de 2008 fez com que a demanda global por aço regredisse, gerando sensível impacto na produção mundial até 2010, quando a indústria começou a superar os efeitos negativos da crise. Esse primeiro ano de recuperação foi marcado por um aumento de 15% na produção mundial de aço bruto e todos os principais países produtores de aço apresentaram crescimento de dois dígitos. A produção brasileira cresceu aproximadamente 24% nesse período.

Em 2011, o ritmo de crescimento da produção mundial de aço foi mais moderado, chegando a uma taxa de 6,6%. Ainda assim, verificou-se novo recorde na produção de aço bruto ao final do período. A produção brasileira acompanhou a indústria mundial, apresentando também crescimento de 6,9% e mantendo a posição de nono maior produtor mundial de aço.

A cadeia de produção e ciclo de vida do aço

Aço é 100% reciclável. É transformado

em uma ampla gama de produtos que atendem as mais variadas demandas de outras indústrias e abastece a cadeia produtiva de setores como o automotivo, o de máquinas e equipamentos, a construção civil, embalagens e recipientes, cutelaria e linha branca. Gera ainda emprego e renda para uma segunda cadeia produtiva formada por empresas especializadas na coleta, triagem e venda de materiais recicláveis.

A sucata de ferro e aço do pós-consumo se junta à sucata gerada internamente nas usinas e se transforma em um novo aço, reduzindo o consumo de matérias-primas como o minério de ferro e o carvão.

Processo produtivo

Em todo o mundo, duas principais

rotas tecnológicas segmentam os processos de produção de aço nas usinas: unidades industriais integradas e unidades industriais semi-integradas.

As usinas integradas produzem aço a partir da fabricação de ferro-gusa líquido em seus altos-fornos. O coque é o elemento redutor comumente utilizado na maior parte das usinas. No Brasil, entretanto, parte da produção utiliza o carvão vegetal como redutor. Gera menor emissão de gases do efeito estufa se comparado ao processo tradicional, mas possui, limitações técnicas e operacionais

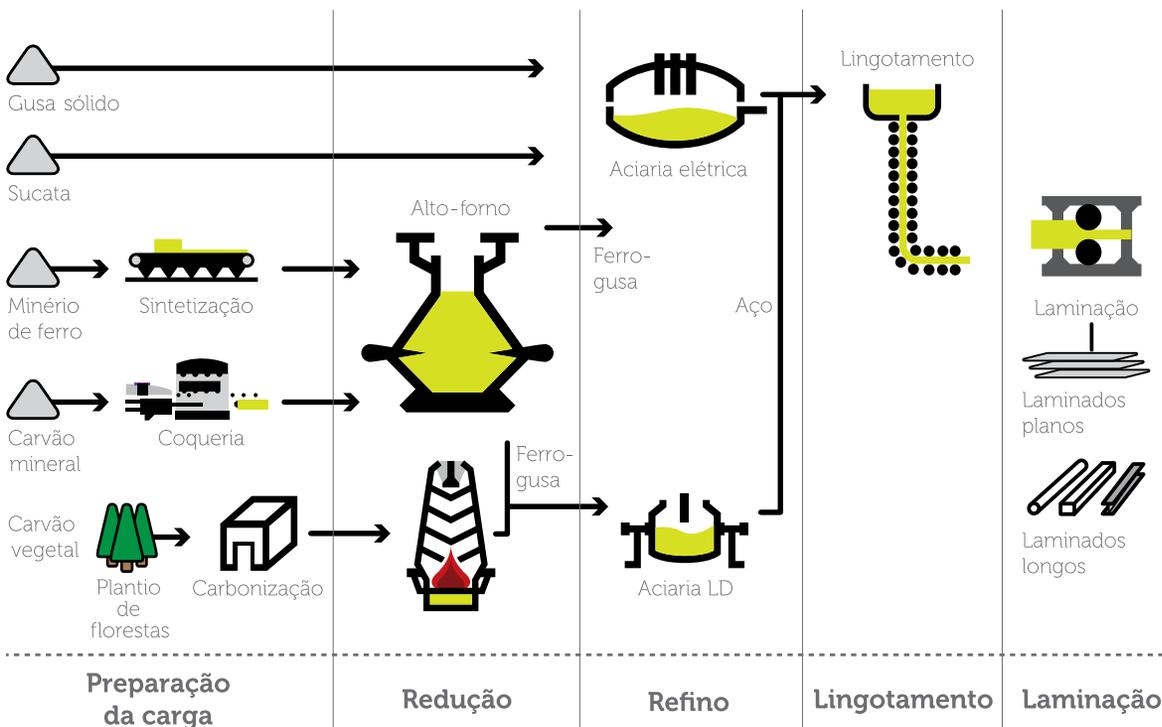
que restringem sua aplicação em maior escala de produção. Já as usinas semi-integradas produzem aço a partir da fusão de metálicos (sucata, gusa e/ou ferro-esponja) em aciaria elétrica. Algumas usinas possuem, ainda, um processo híbrido e associam o uso de aciarias elétricas com altos-fornos a carvão vegetal. Mais detalhes sobre o processo de produção do aço podem ser obtidos no site do Instituto Aço Brasil: www.acobrasil.org.br.

Compromisso socioambiental

O setor de produção do aço tem seu olhar voltado para o desenvolvimento sustentável, priorizando o uso racional

de recursos naturais e insumos, evitando desperdícios de energia e de água e adotando tecnologias que permitem reduzir seus impactos sobre o meio ambiente.

Ainda neste contexto, as empresas desenvolvem programas de conservação de energia, de maximização do aproveitamento de gases liberados na produção, de recirculação de águas e de reciclagem do aço e coprodutos, o que aumenta a ecoeficiência no setor. Para que esses programas sejam cada vez mais abrangentes e eficientes, o setor desenvolve estudos em parceria com universidades, instituições de pesquisa e outros segmentos industriais.



As empresas produtoras de aço no Brasil investem também em projetos de responsabilidade social nas áreas de cultura, capacitação profissional, geração de renda, saúde e saneamento, pesquisa científica, empreendedorismo e qualidade total, desenvolvimento da cidadania e voluntariado, apoio à criança e ao adolescente, alimentação e aproveitamento de mão de obra da terceira idade.

Produtos e mercados atendidos

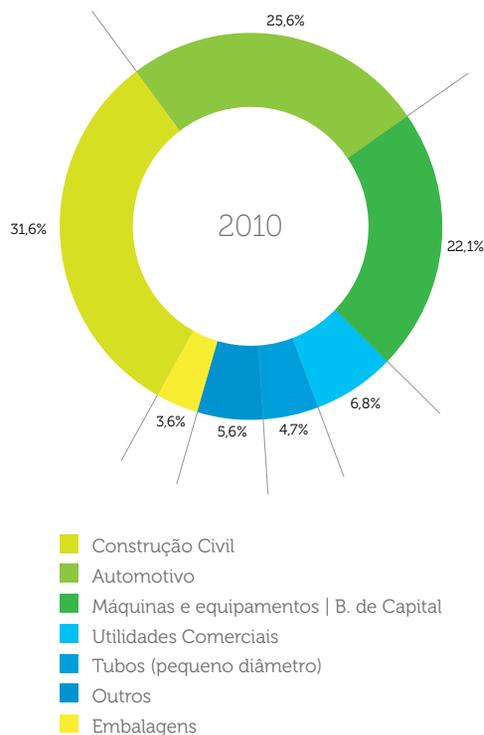
As empresas associadas ao Instituto

Aço Brasil possuem um mix de produtos altamente diversificado. Eles atendem a diversos mercados, ajudando a movimentar uma ampla variedade de setores.

A construção civil, o setor automotivo e o setor de bens de capital têm participação expressiva no consumo de produtos siderúrgicos. Dados de 2010 indicam que estes setores representam, juntos, mais de 79% do consumo total de aço.

A produção dos grupos empresariais associados atende o mercado nacional e é, também, exportada para países nos cinco continentes, como: Estados Unidos, Alemanha, China, Colômbia, Chile, Canadá, Índia, Bolívia, Cingapura, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Tanzânia, Equador, Peru, Argentina, Holanda, Turquia, Uruguai, Paraguai, Malásia, Venezuela, África do Sul, Costa Rica e Indonésia.

Distribuição setorial do consumo de produtos siderúrgicos





3

Empresas associadas

O Instituto Aço Brasil tem, atualmente, em seu quadro de associadas, 14 empresas controladas por 11 grupos

empresariais distintos, responsáveis por um total de 29 unidades industriais produtoras de aço.

TIPO	PRODUTO	USINAS SIDERÚRGICAS
USINAS INTEGRADAS	Laminados Planos	Aperam South America (MG), ArcelorMittal Tubarão (ES), CSN (RJ), Usiminas (Ipatinga/MG, Cubatão/SP), ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico (RJ)
	Laminados Longos	ArcelorMittal Aços Longos (Monlevade/MG), Gerdau Açominas (Ouro Branco/MG), Gerdau Aços Longos (Barão de Cocais/MG, Divinópolis/MG, Usiba/BA), Sinobras (PA), V&M do Brasil (MG), VSB (MG)
USINAS SEMI-INTEGRADAS	Laminados Longos	Votorantim Siderurgia (Barra Mansa/RJ, Resende/RJ), ArcelorMittal Aços Longos (Piracicaba/SP, Cariacica/ES, Juiz de Fora/MG), Gerdau Aços Longos (Açonorte/PE, Cearense/CE, Cosigua/RJ, Guaira/PR, São Paulo/SP e Riograndense/RS), Gerdau Aços Especiais (Piratini/RS, Pindamonhangaba/SP, Mogi das Cruzes/SP), Villares Metals (SP)

Em relação ao último relatório de sustentabilidade publicado pelo Instituto Aço Brasil (com dados referentes a 2009) há dois novos grupos empresariais associados: Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil e a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico.

O complexo siderúrgico da VSB está instalado no município de Jeceaba, interior de Minas Gerais, com área de 2,5 milhões de m², desde outubro de 2011. Utiliza avançada tecnologia, com aciaria de capacidade de 1 milhão de toneladas e laminação de 600 mil toneladas de tubos sem costura por ano.

A ThyssenKrupp CSA foi instalada no Rio de Janeiro, com capacidade de 5 milhões de toneladas de placas e iniciou produção em setembro de 2010, marcando

momento importante de expansão da capacidade de produção do setor, como o maior empreendimento deste porte ocorrido nas últimas décadas. É muito significativa, também, a possibilidade de consideração dos dados dessa planta no relatório setorial em pouco mais de um ano do início de suas operações. O sucesso na integração dessa nova unidade às estatísticas setoriais tão rapidamente reflete o esforço das empresas associadas e da equipe do Instituto Aço Brasil na definição de parâmetros para levantamento de dados e organização de uma base de informações consistente, que possibilite o acompanhamento e a análise do desempenho da produção de aço no Brasil.

Outra diferença em relação à estrutura do setor à época do último relatório



MINAS GERAIS

Aperam South America
 Gerdau Açominas (Ouro Branco)
 ArcelorMittal Aços Longos (Monlevade)
 ArcelorMittal Aços Longos (Juiz de Fora)
 Gerdau Aços Longos (Barão de Cocais)
 Gerdau Aços Longos (Divinópolis)
 Usiminas (Ipatinga)
 V&M do Brasil
 VSB Tubos do Brasil

RIO GRANDE DO SUL

Gerdau Aços Especiais (Piratini)
 Gerdau Aços Longos (Riograndense)

PARANÁ

Gerdau Aços Longos (Guaíra)

SÃO PAULO

Gerdau Aços Especiais (Pindamonhangaba)
 Gerdau Aços Especiais (Mogi das Cruzes)
 ArcelorMittal Aços Longos (Piracicaba)
 Usiminas (Cubatão)
 Gerdau Aços Longos (São Paulo)
 Villares Metals

BAHIA

Gerdau Aços Longos (Usiba)

PERNAMBUCO

Gerdau Aços Longos (Açonorte)

CEARÁ

Gerdau Aços Longos (Cearense)

PARÁ

Sinobras

ESPÍRITO SANTO

ArcelorMittal Aços Longos (Cariacica)
 ArcelorMittal Tubarão

RIO DE JANEIRO

Votorantim Siderurgia (Barra Mansa)
 Votorantim Siderurgia (Resende)
 CSN
 Gerdau Aços Longos (Cosigua)
 ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico

Fonte: Aço Brasil

publicado diz respeito à Aperam South America, empresa que surgiu de um spin-off da ArcelorMittal Inox Brasil, aprovado no fim de 2010 e efetivado em 2011. Neste relatório, a Aperam, até então parte do Grupo ArcelorMittal, passa a ser considerada um grupo empresarial independente.

Como os dados das novas associadas passam a ser incorporados ao Relatório de Sustentabilidade do setor apenas depois de completado o primeiro ano de operação, o presente relatório consolida as informações da ThyssenKrupp CSA a partir de 2011, porém ainda não considera os dados da VSB.

Estrutura de governança

Todos os grupos empresariais

associados ao Instituto Aço Brasil têm diretrizes e princípios corporativos formalizados que consideram e integram aspectos econômicos, sociais e ambientais da sustentabilidade. A forma de abordagem desses aspectos varia em cada empresa, porém a missão, visão ou os princípios formais de todos os grupos fazem referência direta a esse compromisso.

É prática comum a todos divulgar amplamente essas diretrizes entre os seus colaboradores. O processo de disseminação se dá por meio de



Quadro de associadas

EMPRESA	UNIDADES INTEGRADAS	UNIDADES SEMI-INTEGRADAS
Aperam South America	Aperam South America (Timóteo – MG)	
ArcelorMittal Aços Longos	ArcelorMittal Monlevade (João Monlevade – MG)	ArcelorMittal Cariacica (Cariacica – ES) ArcelorMittal Juiz de Fora (Juiz de Fora- MG) ArcelorMittal Piracicaba (Piracicaba – SP)
ArcelorMittal Tubarão	ArcelorMittal Tubarão (Serra-ES)	
Cia Siderúrgica Nacional	CSN (Volta Redonda – RJ)	
Gerdau Açominas S.A.	Gerdau Açominas (Ouro Branco – MG)	
Gerdau Aços Especiais S.A.		Usina Piratini (Charqueadas – RS) Usina Mogi (Mogi das Cruzes – SP) Usina Pinda (Pindamonhangaba – SP)
Gerdau Aços Longos S.A.	Usina Usiba (Simões Filho – BA) Usina Barão de Cocais (Barão de Cocais – MG) Usina Divinópolis (Divinópolis – MG)	Usina Açonorte (Recife – PE) Usina Cearense (Maracanaú – CE) Usina Cosigua (Santa Cruz – RJ) Usina Guaira (Araucária – PR) Usina Riograndense (Sapucaia do Sul – RS) Usina São Paulo (Araçariçuama – SP)
Siderúrgica Norte Brasil S.A		Sinobras (Marabá – PA)
ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico (Rio de Janeiro – RJ)	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas	Usiminas (Ipatinga – MG) Usiminas (Cubatão – SP)	
V&M do Brasil S.A.	V&M do Brasil S.A (Belo Horizonte – MG)	
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil	VSB (Jeceaba – MG)	
Villares Metals S.A.		Villares Metals (Sumaré – SP)
Votorantim Siderurgia S.A.		Votorantim Siderurgia (Barra Mansa – RJ) Votorantim Siderurgia (Resende – RJ)

capacitações e treinamentos, reuniões de equipe, ferramentas de comunicação – como campanhas e materiais de divulgação, intranet, comunicados, mídias impressas, entre outros.

A estrutura de governança dos grupos empresariais associados, de forma geral, é determinada por um Conselho de Administração que estabelece diretrizes para o desenvolvimento dos negócios, acompanha o desempenho e tem como atribuição, eleger os membros da Diretoria. Essa Diretoria Executiva é responsável pela gestão dos negócios, deliberando sobre qualquer matéria que não esteja sujeita à competência exclusiva do Conselho de Administração.

Associadas do Aço Brasil, responsáveis por mais da metade da produção total de aço bruto, considerada no escopo deste relatório, têm capital aberto e fazem parte do Nível 1 de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Entre as exigências para listagem nesse nível de governança estão: a garantia de um mínimo de 25% de free float (ações disponíveis para livre negociação no mercado), esforços de dispersão acionária e a divulgação periódica de informações adicionais às exigidas em lei. Além disso, um desses grupos está também listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo, ISE – BM&FBOVESPA, que reconhece o esforço na adoção de práticas de gestão pautadas por critérios de sustentabilidade.

Entre as boas práticas adotadas pelas associadas de capital aberto estão

a garantia dos direitos dos acionistas minoritários, assegurados nos estatutos sociais; e as políticas de dividendos claramente definidas, que orientam os pagamentos aos acionistas de acordo com os estatutos sociais de cada organização e com a legislação vigente.

Os grupos empresariais associados ao Instituto Aço Brasil não possuem processos administrativos na Comissão de Valores Mobiliários – CVM – ou judiciais contra os controladores, conselho ou diretoria das empresas por eles controladas.

A transparência da gestão está retratada em boa parte das associadas, na publicação anual de relatórios como o de sustentabilidade, com informações sobre políticas, planejamento, gestão e desempenho, incluindo aspectos socioambientais.

Gestão de relacionamentos e engajamento com os stakeholders

Ter produtos de alta qualidade

e com características específicas para as diversas aplicações é um dos compromissos do setor. Compromisso este que pressupõe grande conhecimento das demandas do mercado, proximidade dos públicos estratégicos para o setor e permanente superação de desafios.

Clientes e consumidores

As pesquisas são, em geral, a forma

mais frequente de avaliar a opinião de clientes e consumidores em relação aos seus produtos ou processos. Porém,

a qualidade deste relacionamento demanda manter canais de comunicação permanentes de forma a ser possível estimular a manifestação livre e voluntária.

Todas as associadas obtêm, por meio de diferentes canais, reclamações, sugestões e comentários, que são avaliados e respondidos.

Fornecedores

Cerca de 90% da produção de aço bruto considerada em 2011 foi realizada por empresas associadas, que mantêm critérios formalmente definidos para a seleção e avaliação de seus fornecedores e parceiros, como forma de assegurar

o cumprimento de requisitos de desempenho ao longo da cadeia de suprimentos. Agindo dessa forma, estabelecem condições de se antecipar ou gerenciar fragilidades ou riscos potenciais.

Conhecer profundamente a origem das matérias-primas, insumos e produtos utilizados em sua produção ou nas operações diárias e ter a garantia de que nessa origem os direitos humanos e o meio ambiente são respeitados, é prática comum das empresas produtoras de aço.

Parte das empresas, responsáveis por 60,9% de produção, possuem políticas ou programas específicos de responsabilidade social empresarial para

CRITÉRIOS CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE FORNECEDORES (2011)

Critérios	% da produção de aço bruto das empresas que consideram cada critério
Proteção dos direitos humanos	89,2%
Prevenção e combate ao trabalho forçado ou análogo ao escravo	89,2%
Prevenção e combate ao trabalho infantil	89,2%
Prevenção e combate à corrupção	89,2%
Prevenção e combate à discriminação em todas as suas formas e assédio	89,2%
Aspectos ambientais	89,2%
Garantia dos direitos trabalhistas e sindicais	89,2%
Condições de trabalho dos empregados e colaboradores das empresas contratadas	89,2%
Análise da origem de produtos, evitando aquisição de produtos falsificados/roubados	85,6%
Valorização e desenvolvimento de fornecedores locais	83,8%
Valorização e desenvolvimento de pequenos e médios fornecedores	83,8%
Estímulo à adoção de certificações socioambientais	83,8%
Gestão das informações de caráter privado de clientes ou do mercado em geral	60,2%
Valorização da diversidade	54,3%

a cadeia de fornecedores. Empresas responsáveis por 95,2% da produção discutem questões relacionadas à responsabilidade social com seus fornecedores, visando o treinamento e adequação deles aos seus critérios.

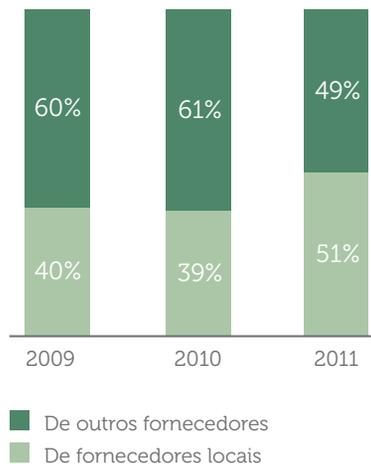
A produção de aço tem ainda fomentado o desenvolvimento local das regiões do entorno das unidades industriais das empresas associadas. Em 2011, mais de 95% da produção de aço bruto considerada, foi realizada por empresas que favorecem o desenvolvimento e fortalecimento dos fornecedores locais, oferecendo parcerias e programas de desenvolvimento, bem como dando preferência a esses fornecedores na realização de suas compras.

Em 2011, mais da metade das compras das empresas associadas que realizam este tipo de monitoramento foram realizadas junto a fornecedores locais. Considerou-se como local, empresas e prestadores contratados no mesmo estado em que estão instaladas as empresas associadas.

Visando contribuir para a qualificação de seus fornecedores e fazer com que, cada vez mais, essas empresas tenham condições de cumprir os critérios desejados, as empresas mantêm também programas de desenvolvimento. Em 2011, empresas associadas responsáveis por 83,8% da produção de aço bruto já haviam implementado programas de desenvolvimento de fornecedores, desenvolvendo iniciativas que abordavam temas como gestão de qualidade, gestão de saúde e segurança e responsabilidade social e ambiental.

Compras de fornecedores*

(produtos e serviços)



* Considera dados de 5 grupos empresariais, responsáveis por 56,6% da produção de aço bruto em 2011.

Estes programas, realizados em diferentes estados do país e mesmo em outros países nos quais as empresas associadas operam, visam também ampliar as condições de competitividade de micro, pequenos e médios fornecedores e envolvem iniciativas de capacitação em temas relacionados à qualidade e sustentabilidade nos negócios, controle e melhoria do desempenho gerencial em diferentes dimensões competitivas, entre outros.

Comunidade e sociedade RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO

Todas as associadas do Instituto Aço

Brasil possuem programas para avaliação dos impactos de suas operações sobre as

ASPECTOS CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS NAS COMUNIDADES DO ENTORNO (2011)

Aspectos	% da produção de aço bruto das empresas que consideram cada aspecto
Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades das comunidades	100%
Avaliação de impacto ambiental e monitoramento	89,6%
Transparência dos resultados das avaliações de impactos sociais e ambientais	87,8%
Mapeamento de públicos para definição de planos de engajamento e participação	87,4%
Canais formalizados para relacionamento com comunidade local	70,5%

comunidades do entorno e promovem ações para minimizá-los.

Essa avaliação é feita por todos os grupos antes de iniciar a operação de novas unidades e expansões. A maior parte das associadas, responsáveis por 94,2% da produção de aço bruto, realizam também avaliações periódicas durante as operações.

Com base nessas avaliações, as empresas conseguem mapear e sistematizar quais são os impactos significativos causados, podendo, assim, endereçar soluções específicas para cada caso. Nesse sentido, algumas empresas associadas, responsáveis por 42,2% da produção de aço bruto, puderam constatar que podem impactar recursos naturais que são utilizados pela comunidade. Como medida para gestão desses impactos, as empresas investem em programas, tecnologia e equipamentos de controle ambiental, que os evitam ou minimizam.

Parte das empresas associadas ao Instituto Aço Brasil, que representam 39,9% da produção de aço bruto, operam em áreas adjacentes a áreas habitadas por povos indígenas ou povos e comunidades tradicionais. Essas empresas desenvolvem projetos e ações específicas para relacionamento e encaminhamento de demandas dessas comunidades.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Todas as associadas possuem práticas e processos formais para combate à corrupção. O assunto normalmente é tratado nos Códigos de Ética e Conduta de cada empresa. As empresas também possuem departamentos responsáveis por fiscalizar e combater tais práticas, além de fazerem auditorias internas periodicamente. Outra ferramenta utilizada pelas empresas associadas é manter canais para denúncia anônima sobre essas e outras práticas.

Todas as associadas oferecem, ainda, treinamentos para seus colaboradores sobre o tema.

Manter formalizadas políticas que regulamentam suas doações a políticos, partidos políticos ou instituições relacionadas é prática comum entre as associadas do Aço Brasil. Outra prática recorrente é formalizar essas políticas nos Códigos de Conduta das empresas, permitindo assim que todos os colaboradores tenham acesso e conheçam as regras e procedimentos estabelecidos pela empresa.

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS EXTERNAS E NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Buscando ampliar sua atuação junto a outros atores, em questões de grande relevância para a sociedade, algumas empresas associadas ao Instituto Aço Brasil participam e apóiam diferentes iniciativas promovidas por outras entidades brasileiras e internacionais, tais como Pacto Global, Pacto pela Integridade e Contra a Corrupção, Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e Pacto Empresarial contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Em decorrência de suas participações nessas diferentes iniciativas, algumas empresas associadas desenvolvem ainda ações para engajamento de seus fornecedores e parceiros nos aspectos abrangidos por cada um desses compromissos.

Além dessas iniciativas, as empresas associadas têm participação ativa em associações, programas e instituições, como o ICC - Instituto Carvão Cidadão, o MBC - Movimento Brasil Competitivo, o FFC - Fundo Florestal Carajás e Carta da Terra.

Todas as empresas associadas ao Instituto Aço Brasil participam, de alguma maneira, da elaboração e desenvolvimento de políticas públicas. A participação se dá por meio de envolvimento com associações setoriais e atuação junto a outras instituições públicas ou privadas, com enfoque no seu ramo de atuação ou em interesses públicos ligados a aspectos culturais, ambientais e econômicos.

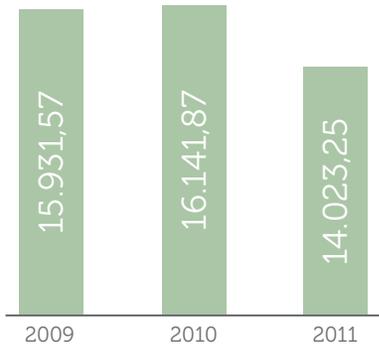
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Todas as empresas do setor investem continuamente em programas sociais alinhados aos interesses da sociedade e das comunidades próximas às suas áreas de atuação. Em 2011, o investimento social privado das empresas somou R\$ 14,02 milhões. Desse total, 53% com recursos próprios e o restante através de diferentes incentivos fiscais.

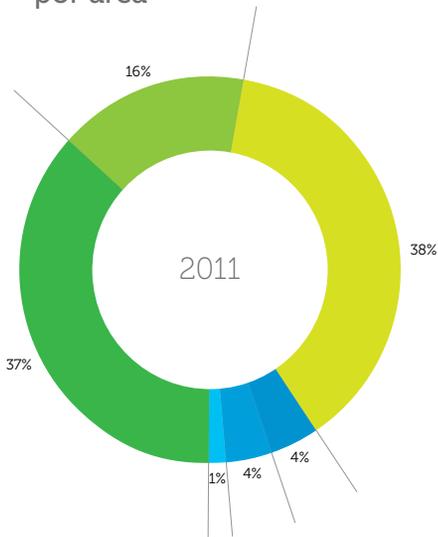
Todas as empresas realizam seus investimentos por meio do apoio e financiamento a projetos próprios ou de terceiros, que além de considerar as prioridades dos beneficiários, visam fortalecer as comunidades locais.

Investimento social privado

(R\$ mil)

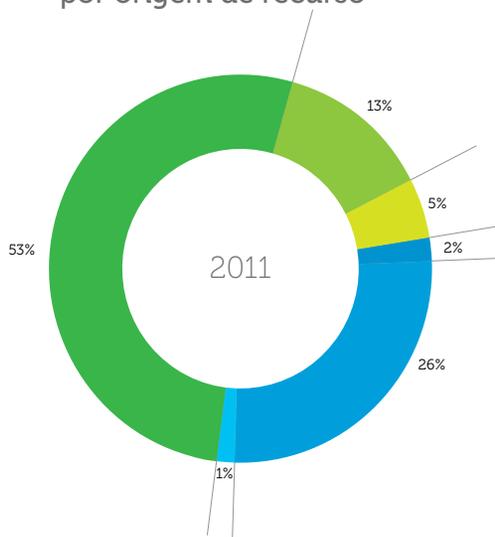


Investimento social por área



- Cultura
- Educação
- Outros
- Segurança alimentar
- Saúde
- Esporte
- Saneamento - 0%

Investimento social por origem de recurso



- FIA
- Lei Rouanet
- Recursos próprios
- Leis Municipais
- Leis Estaduais
- Lei do Esporte
- Lei Audiovisual - 0%
- Outros incentivos - 0%



4

Desempenho das empresas associadas

Econômico

Geração e distribuição de valor

Vem-se observando gradual recuperação

do setor após a crise econômica que afetou fortemente a produção e os resultados das empresas ao final de 2008 e meados de 2009. A receita bruta das empresas associadas, no último período, manteve-se relativamente estável, mas vem sendo impactada pelo aumento das importações, com valores que superam mais de 20% do consumo.

O valor adicionado bruto pelas empresas associadas sofreu redução de 20,6% por influência do crescimento do valor destinado à aquisição de insumos de terceiros (aproximadamente 11,4%) no período.

O significativo aumento das transferências, como resultado de equivalência patrimonial, compensou a redução do valor adicionado bruto e proporcionou a manutenção do nível

do valor adicionado total a distribuir das empresas associadas, com pequeno crescimento da ordem de 1% em relação a 2010.

Do valor adicionado total a distribuir em 2011, 22% foi destinado ao governo, por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições. Aos colaboradores coube parcela equivalente a 23% do valor adicionado total a distribuir. Essa parcela, destinada ao pagamento de salários e honorários, além de encargos sociais e benefícios, cresceu pelo segundo ano consecutivo.

Planejamento e investimentos

Todas as empresas associadas

consideram diversos aspectos em seus processos de planejamento estratégico, sendo os mais relevantes, no que se refere aos aspectos socioambientais, apresentados na tabela ao lado.

VALOR ADICIONADO (R\$ MILHÕES) ¹	2009	2010	2011
(A) Receita Bruta	62.137	74.977	75.345
(B) Insumos Adquiridos de Terceiros	39.644	49.460	55.096
(C) Valor Adicionado Bruto (A - B)	22.493	25.517	20.249
(D) Retenções	3.290	3.533	3.470
(E) Valor Adicionado Líquido produzido pela Empresa (C - D)	19.203	21.984	16.779
(F) Transferências	4.328	3.610	9.072
(G) Valor Adicionado a Distribuir (E+F)	23.531	25.594	25.851
Distribuição do Valor Adicionado (R\$ milhões)			
Colaboradores	4.460	5.158	5.898
Governo*	7.465	7.709	5.543
Financiadores	1.270	4.281	7.845
Acionistas	10.336	8.446	6.565

*Inclui créditos tributários em 2011.

¹Inclui CSN nos três anos. Não inclui CSA por estar em fase inicial de operação, o que poderia distorcer os resultados.

Valor adicionado bruto*

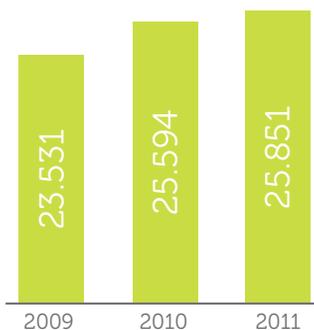
(R\$ milhões)



*Inclui CSN nos três anos.

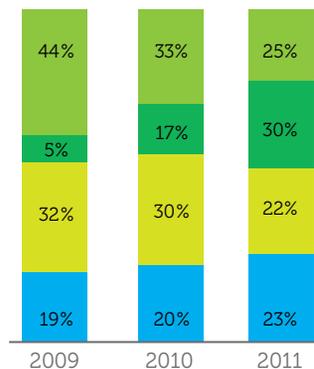
Valor adicionado total a distribuir*

(R\$ milhões)



*Inclui CSN nos três anos.

Distribuição do valor adicionado (%)



■ Acionistas ■ Financiadores
■ Governo* ■ Colaboradores

*Exclui créditos tributários em 2011.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS CONSIDERADOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2011)

Aspectos	% da produção de aço bruto
Participação da empresa no desenvolvimento das comunidades do entorno	100%
Oportunidades e riscos relacionados aos impactos socioambientais de longo prazo	100%
Riscos e oportunidades financeiras em decorrência do aquecimento global	99,6%
Impactos da companhia em sua cadeia de valor	98,23%
Engajamento de diferentes públicos	98,23%

Entre as associadas, algumas empresas já calculam as implicações financeiras decorrentes das mudanças climáticas. Os cálculos, em geral, envolvem investimentos em novas tecnologias ou em medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e o potencial de receitas devido à comercialização de créditos no mercado de carbono, por meio de projetos via

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Os investimentos dos grupos associados ao Instituto Aço Brasil vão além da produção do aço e abrangem mineração, portos, estradas de ferro e hidrelétricas.

Em 2011, os investimentos do setor alcançaram US\$ 3,1 bilhões, totalizando um investimento realizado de mais de US\$ 25 bilhões na última década.

Investimento total*

(US\$ milhões)

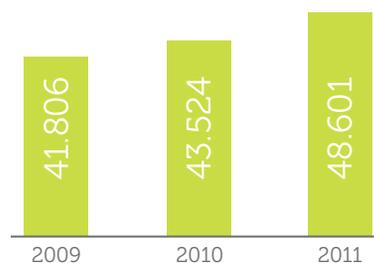


*Considera o investimento realizado total por período. Em 2010 e 2011 não inclui CSN, empresa associada licenciada.

Efetivo próprio



Efetivo de terceiros



Social

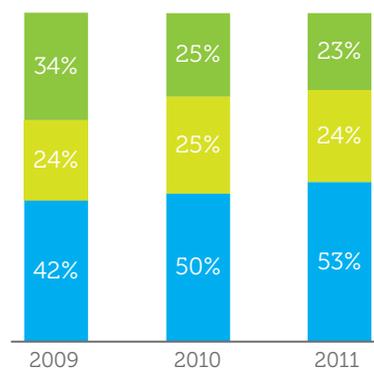
Público interno

Os anos de 2010 e 2011 marcaram um período de retomada das contratações desde a queda significativa de vagas de trabalho observada no setor de produção do aço em função da crise econômica, entre 2008 e 2009. Nesse período, o total de empregados contratados diretamente pelas empresas associadas ao Instituto Aço Brasil cresceu aproximadamente 8% em relação ao final do ano anterior.

No fim de 2011, o efetivo próprio das empresas associadas chegou a 60.089 colaboradores, recuperando o impacto negativo da crise econômica e superando a posição do final de 2008, que era de aproximadamente 59 mil empregados.

Em relação também ao efetivo de terceiros, o total de colaboradores das empresas associadas consideradas chegou a mais de 108,6 mil colaboradores.

Efetivo de terceiros por área de atuação



■ Expansão
 ■ Utilidades
 ■ Apoio à produção

O aumento de vagas diretas de trabalho no setor foi acompanhado também, por grande crescimento do quadro de trabalhadores terceirizados. Tal crescimento esteve associado não só à gradativa recuperação do setor nos últimos anos como também aos investimentos e obras de expansão da indústria nesse período.

Participação do efetivo de terceiros no efetivo total



Isso se refletiu em um pequeno aumento da participação dos terceiros no efetivo total das empresas associadas, que chegou a aproximadamente 45% no fim do último ano, equiparando-se à participação observada em 2009.

Terceirização

A maior parte dos trabalhadores

terceirizados atua em atividades vinculadas ou de suporte aos processos industriais, tais como manuseio de matérias-primas, insumos, manutenção industrial, produção e distribuição de utilidades (água, vapor, gases, ar comprimido, oxigênio, óleo combustível, eletricidade) e transporte interno. Outras funções geralmente terceirizadas são aquelas não relacionadas ao processo

produtivo, como vigilância, conservação e limpeza, alimentação, tecnologia da informação, dentre outras. Em 2011, 53% do efetivo de terceiros esteve envolvido com este tipo de atividade.

Desse efetivo, ao final de 2011, 23% atuavam em funções especificamente relacionadas aos projetos de expansão do setor, como nas obras de construção civil para implantação e ampliação de unidades industriais das empresas associadas.

As associadas prezam políticas específicas para orientar e regular a contratação de terceiros, estabelecendo critérios que devem ser observados, além da legislação, e indicando quais funções e atividades são passíveis de terceirização.

Outro ponto comum é a exigência do cumprimento de aspectos ambientais, fiscais e trabalhistas pelas empresas contratadas. Com esses procedimentos fica garantida a contratação de terceiros idôneos para realização de atividades meio ou de apoio à atividade fim das empresas. Tal contratação resulta em melhor especialização da atividade, gerando vantagem competitiva e satisfação para as partes envolvidas.

A atuação dessas empresas associadas na gestão de seus terceiros visa, ainda, ao compartilhamento de valores e princípios de atuação com as empresas contratadas garantindo a estrita observância de seus códigos de conduta, incluindo os aspectos de respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores contratados.

Uma decorrência natural e absolutamente relevante dessa atenção

aos padrões na contratação de terceiros está relacionada à melhor gestão de riscos na cadeia de negócios. Entre os aspectos observados estão a segurança econômica e jurídica das relações estabelecidas com parceiros comerciais, a proteção do meio ambiente – por meio do cumprimento da legislação ambiental –, e o respeito aos Direitos Humanos – especialmente na prevenção contra práticas de trabalho infantil e forçado/análogo ao escravo na cadeia de negócios.

As políticas de algumas empresas do setor incluem aspectos adicionais que orientam abordagens ainda mais criteriosas nas relações de terceirização. São exemplos desses aspectos, restrições à permanência como cliente único da empresa contratada e a obrigatoriedade de oferecimento de determinados benefícios pela contratada aos seus empregados.

Condições de equidade e combate à discriminação

A atenção às condições de equidade e

combate à discriminação tem sido forte objeto da atuação da maior parte das empresas do setor ao longo dos últimos anos. Todas as empresas têm políticas ou posicionamentos formalizados – geralmente com conteúdo inserido no Código de Conduta da organização – para combater a discriminação e construir referências de equidade em seus quadros de colaboradores.

Os procedimentos formalizados pelas empresas institucionalizam a conduta de combate à qualquer forma de discriminação

e atentam para que todos tenham igual acesso às oportunidades, independente de sexo, cor ou raça, religião, origem, ou qualquer outra característica ou condição pessoal, embora ainda sem reflexo expressivo no perfil do setor.

Os procedimentos específicos e o conteúdo das políticas variam de empresa para empresa, abordando, de maneira geral, a divulgação dos respectivos códigos de conduta, a ampla divulgação de canais de comunicação e denúncia de ocorrência, e programas de sensibilização e treinamento. Estes são passos importantes em direção a uma mudança de comportamento, com reflexos no perfil das associadas.

Perfil do efetivo próprio

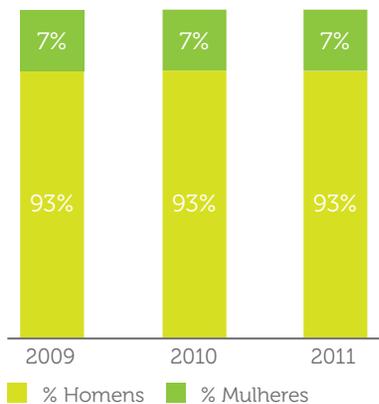
GÊNERO

O grupo de empregados das empresas

associadas (efetivo próprio) é composto majoritariamente por homens. Ao final de 2011, as mulheres representavam aproximadamente 7% do efetivo próprio total, participação que se manteve constante nos três últimos períodos.

A maioria significativa de homens na força de trabalho do setor reflete a configuração histórica da mão de obra desta indústria, no passado associada às atividades de esforço físico acentuado. Entretanto, como ocorre também em outros setores da economia, os últimos anos foram marcados pelo gradual aumento da participação de mulheres em funções antes só exercidas por homens. Mais do que isso, o setor passou a reconhecer o valor da diversidade e

Efetivo próprio por gênero

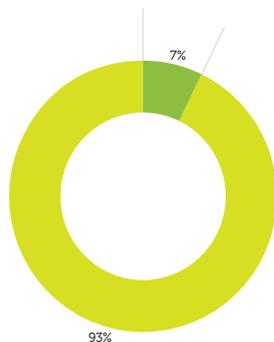


os benefícios da maior participação das mulheres em diferentes funções. Atualmente, a mão de obra feminina, com perfil e competências diferenciadas, tem sido crescentemente demandada nas empresas, mesmo em cargos operacionais, nos quais a participação das mulheres é a menor nas empresas associadas.

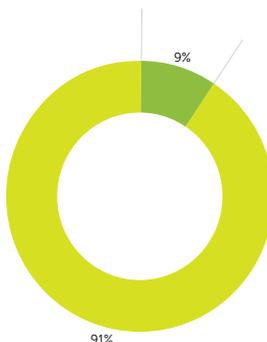
Entretanto, os cargos da estrutura formal das empresas, que envolvem supervisão e chefia de equipes (diretoria, gerência

Efetivo próprio por gênero e cargo (2011)

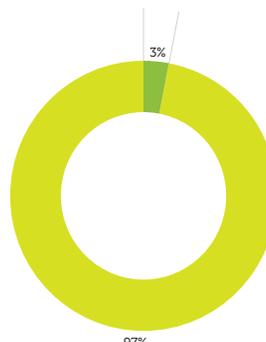
Diretoria não estatutária



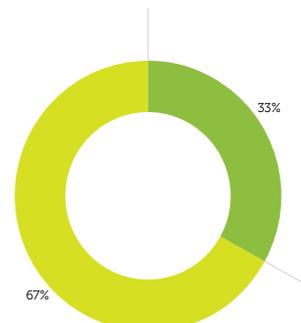
Gerente



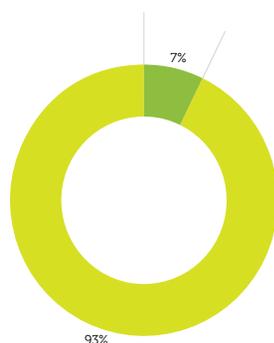
Supervisor



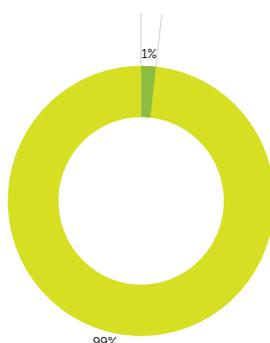
Administrativo



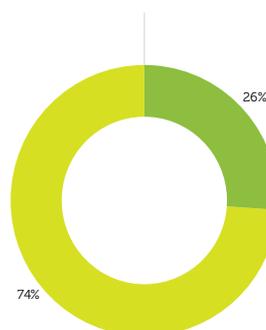
Técnico de Nível Médio



Operacional



Nível Superior



■ Homens
■ Mulheres

e supervisão) são ocupados por homens em mais de 90% dos casos.

A maior participação das mulheres ocorre em cargos administrativos e de nível superior (cargos que exigem formação de nível superior, mas não envolvem chefia de equipes), nos quais elas representam 33% e 26%, respectivamente.

COR/RAÇA

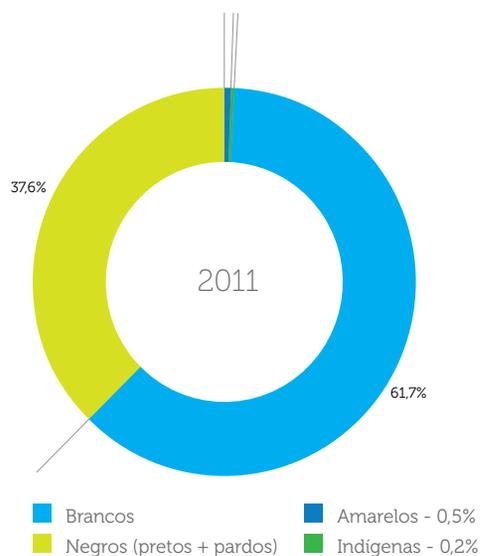
Os dados disponibilizados contemplaram 98% do efetivo próprio considerado no escopo do relatório.

Apesar da disponibilização das informações pela maioria das empresas, apenas uma pequena parcela delas realiza esse mapeamento por meio de um processo de censo de seu público interno, que envolva a autodeclaração e, conseqüentemente, a garantia da legitimidade das informações. As outras empresas fazem o registro dessas informações no momento da admissão e as mantêm em banco de dados para as consultas necessárias.

O mapeamento do perfil do público interno por cor/raça, seguindo o critério de autodeclaração nas categorias definidas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – permite a análise do perfil do público interno das empresas frente às características demográficas de cada região.

Em alguns casos, essa análise deixa claro os efeitos de barreiras e restrições, muitas vezes pouco explícitas, que determinados grupos sociais sofrem no acesso ao mercado de trabalho.

Efetivo próprio por cor/raça*



*A base de empresas consideradas varia a cada ano:
 _ 2011: 8 grupos (93% do efetivo próprio total)
 _ 2010: 7 grupos (92% do efetivo próprio total)
 _ 2009: 7 grupos (73% do efetivo próprio total)

Tais restrições geraram, historicamente, iniquidades para as quais a comunidade empresarial, junto a toda sociedade, tem se esforçado para encontrar soluções.

Um dos efeitos amplamente reconhecidos dessas restrições é a menor participação dos negros (pessoas que se declaram pretas e pardas) nas empresas



dos mais diferentes setores, sobretudo nos cargos mais altos da hierarquia das organizações. A possibilidade de reconhecer essa situação – e evidenciá-la por meio de números e indicadores – trará, gradualmente, melhores condições para que as empresas possam amadurecer posicionamentos que indiquem formas de atuar sobre as situações encontradas.

Os dados de 2011 disponibilizados pelas empresas indicam que os negros (pretos + pardos) representavam 37,6% do efetivo próprio, ao lado de uma maioria de pessoas brancas que representava 61,7% do total de empregados no período.

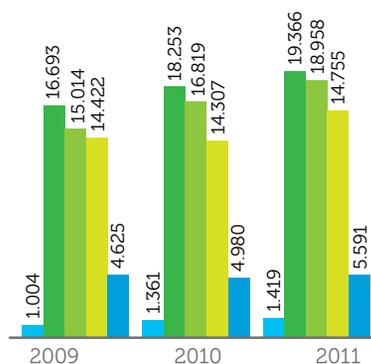
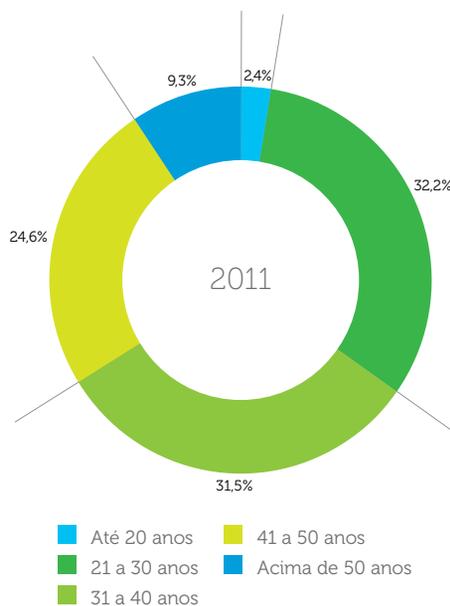
FAIXA ETÁRIA

A estrutura etária do grupo de

empregados das empresas associadas tem se mantido relativamente estável ao longo dos anos. Entretanto, alterando tendência observada em anos anteriores, em 2011 houve um pequeno crescimento (0,4 ponto percentual) da participação de pessoas com mais idade no efetivo próprio total das empresas associadas.

A maior parte dos empregados (aproximadamente 66%) que compõem o efetivo próprio dessas empresas tem até 40 anos de idade. Dentre eles, os mais jovens, com até 30 anos, formam o grupo mais expressivo, representando 34,6% do total de empregados. O mapeamento do perfil etário do grupo de colaboradores permite reconhecer os grupos que geralmente enfrentam maiores dificuldades no acesso ao mercado

Efetivo próprio por faixa etária



de trabalho. Assim, a gestão pode definir estratégias mais adequadas na abordagem do público interno, do ponto de vista da comunicação e do aporte de ferramentas para que as equipes possam melhor se apropriar dos benefícios trazidos pela convivência em grupos com pessoas de diferentes gerações.

ESCOLARIDADE

A maior parte dos empregados do

setor tem Ensino Médio completo. Eles representaram, no fim de 2011, 69,2% do efetivo próprio total da base de empresas consideradas na análise desse relatório.

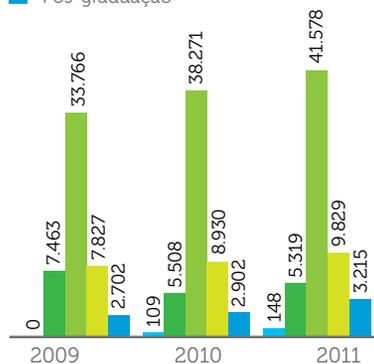
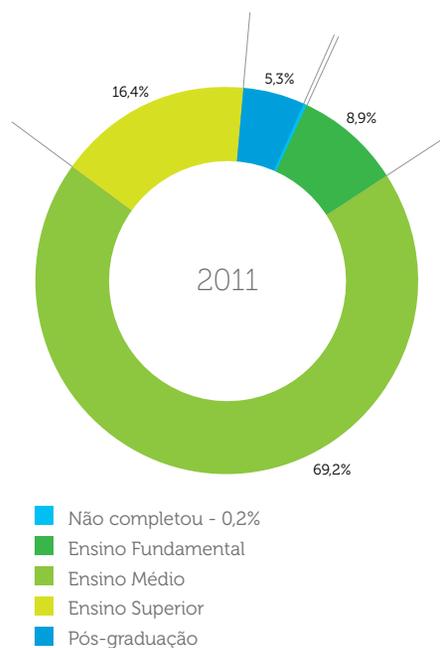
Observa-se que vem ocorrendo um gradual aumento do nível de escolaridade do efetivo das empresas. Ano após ano, tem havido incremento da participação das pessoas com níveis de escolaridade mais elevados. Tal crescimento tem ocorrido mediante redução da participação do total de empregados com apenas o ensino fundamental completo entre os colaboradores.

Tal situação pode indicar, se confirmada por meio de diagnóstico mais apurado, uma oportunidade para atuação das empresas no apoio à educação formal desse grupo de colaboradores. Em muitos casos, a melhoria das condições de renda desses colaboradores, por meio do acesso a novas oportunidades de trabalho, pode possibilitar o retorno aos estudos e a continuidade da capacitação profissional, com significativo impacto sobre empregabilidade e qualidade de vida dos colaboradores e suas famílias.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Grande parte dos programas de inclusão e valorização da diversidade das empresas associadas é especificamente direcionada à criação de oportunidades para pessoas com deficiência. Estes programas envolvem iniciativas de capacitação, recrutamento e seleção junto a entidades

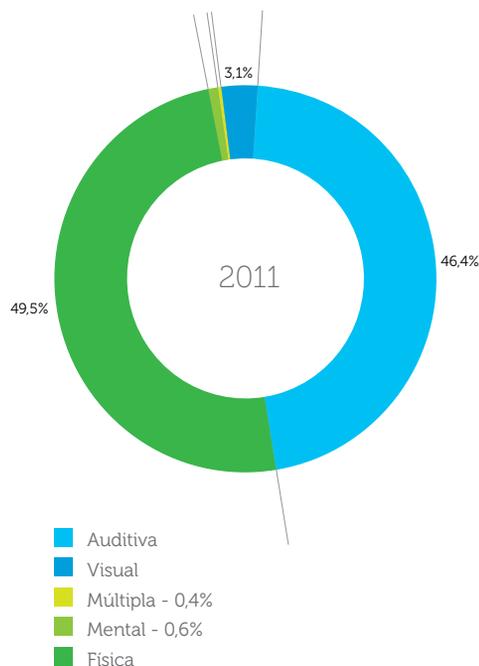
Efetivo próprio por último nível completo no ensino formal



parceiras, adequação das instalações considerando aspectos de acessibilidade, e preparação de gestores e equipes para acolhimento e respeito à diversidade.

Em 2011, houve crescimento do total de empregados com algum tipo de deficiência no grupo de colaboradores das empresas associadas consideradas no

Empregados com deficiência por tipo de deficiência



Empregados com deficiência



escopo desse relatório. Tal crescimento se deu tanto em termos absolutos (total de empregados com deficiência trabalhando nessas empresas no final do período)

quanto relativamente ao efetivo próprio total dessas empresas.

No final de 2011, ao todo, 1.290 pessoas com algum tipo de deficiência trabalhavam nas empresas associadas ao Instituto Aço Brasil. Este grupo de empregados representava 2,1% do efetivo próprio total dessas empresas.

A maior parte destes colaboradores (49,5%) tinha deficiência física, definida na legislação como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, acarretando o comprometimento da função física.

Apesar dos esforços realizados, as empresas associadas ainda enfrentam dificuldades para cumprimento das cotas para pessoas com deficiência em seus quadros de funcionários. Esta situação está ligada, na maior parte dos casos, à dificuldade de identificação de pessoas com deficiência na região do entorno das operações e às características das funções e instalações das unidades industriais. Todas as outras empresas mantêm diferentes medidas implementadas para lidar com essa questão.

Estas medidas são sempre acompanhadas pelo Ministério Público e envolvem ações diversificadas, como iniciativas para acolhimento de empregados reabilitados; definição de vagas específicas para deficientes em processos seletivos para contratação externa; e desenvolvimento e apoio, junto a parceiros, de programas de capacitação profissional para pessoas com deficiência. Algumas empresas realizam ainda

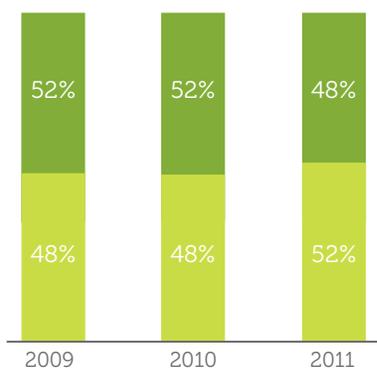
parcerias com entidades atuantes no entorno de suas operações para ampliar a divulgação das vagas junto à comunidade e público atendido por instituições especializadas no atendimento a pessoas com deficiência.

HORÁRIO DE TRABALHO E TEMPO DE EMPRESA

Dois categorias básicas diferenciam o horário de trabalho dos empregados das empresas associadas: administrativa ou turno. Os empregados turnistas têm horários de trabalho em escalas, de acordo com a programação de funcionamento das operações industriais.

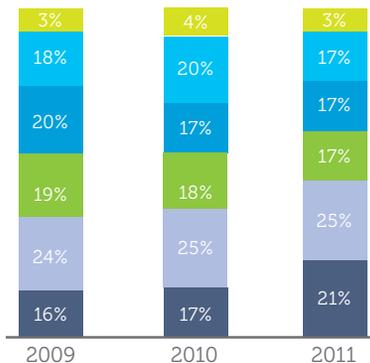
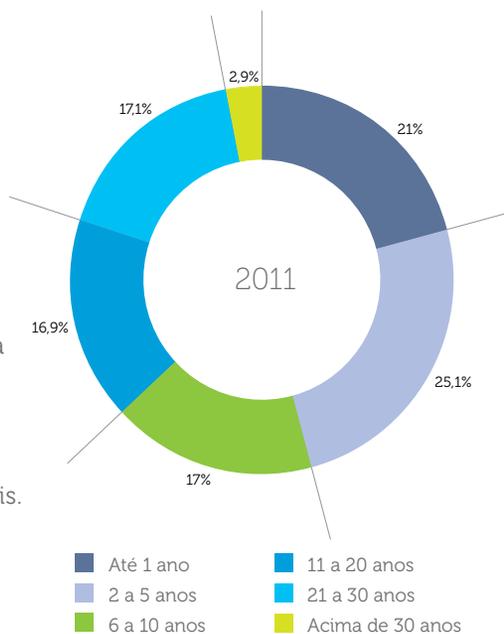
No último ano, invertendo o padrão observado nos dois anos anteriores, uma pequena maioria (52%) do efetivo próprio das empresas atuava em jornada administrativa.

Efetivo próprio por horário de trabalho



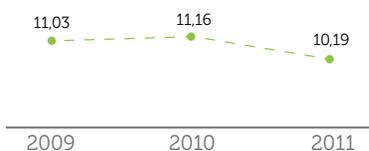
■ Administrativo
■ Turno

Efetivo próprio por tempo de empresa



Em relação ao tempo de trabalho nas empresas, o grupo de empregados que compõe o efetivo próprio do setor apresenta relativo equilíbrio. O grande volume de contratações dos últimos anos, entretanto, levou a um crescimento

Tempo médio de trabalho na empresa (anos)*



*Cálculo estimado por média ponderada pelo ponto central de cada faixa, considerando o ponto inferior da faixa mais alta.

da participação dos colaboradores com até um ano de empresa no total de empregados. Essa situação se reflete também na queda do tempo médio de trabalho dos empregados do efetivo próprio nas empresas associadas.

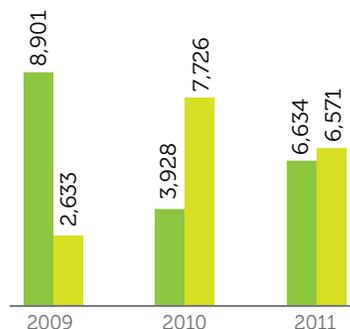
No fim de 2011, o tempo médio de empresa do efetivo próprio – calculado com base no ponto central de cada uma das faixas nas quais as informações são disponibilizadas pelas empresas – era de 10,19 anos.

Rotatividade

A taxa de rotatividade (turnover) geral

dos empregados (média das admissões e demissões em relação à média de empregados no período) das empresas associadas, em 2011, foi de 11,4%, pouco superior à registrada no ano anterior. Esta taxa considera a consolidação dos dados de todas as empresas, incluindo como demissões e contratações também as transferências de empregados entre as empresas associadas de grupos empresariais diferentes.

Demissões e admissões*



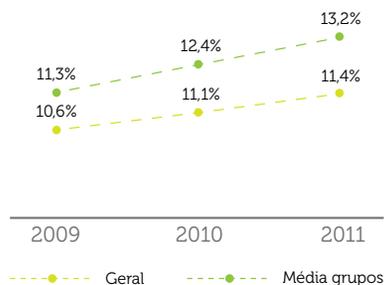
■ Admissões
■ Demissões

*Dados considerados:

(ano: n° empresas | % produção | % efetivo próprio)
 2011: 9 grupos | 100% | 100%
 2010: 7 grupos | 99% | 94%
 2009: 7 grupos | 99% | 98%

Turnover*

(taxa de rotatividade)



*Média das admissões e demissões, dividida pela média de empregados, no ano. Dados considerados:
 (ano: n° grupos | % produção | % efetivo próprio)
 2011: 9 grupos | 100% | 100%
 2010: 7 grupos | 99% | 94%
 2009: 7 grupos | 99% | 98%

O turnover é um pouco mais alto se considerada a média das taxas calculadas para cada grupo empresarial isolado. Nesse caso, a taxa média, de 13,2%, não considera a grande diferença existente entre o tamanho do efetivo próprio de cada empresa associada.

Recrutamento na comunidade local

Grandes empreendimentos geram

expectativa de desenvolvimento econômico na região em que operam, como o aumento do nível de renda da população, o desenvolvimento do comércio e da infraestrutura, o recolhimento de impostos, além de outros benefícios para a localidade. Um dos reflexos positivos mais esperados de atividades como a produção do aço é a geração de empregos na localidade.

Os critérios que definem as áreas ou as comunidades consideradas pelas empresas como comunidade local variam muito entre as diferentes associadas. Algumas empresas trabalham com o entendimento de que comunidades locais são os bairros, cidades ou estados em que operam. Em outra parte das empresas, esse entendimento envolve outras dimensões que exigem avaliações e análises mais complexas, que vão desde a avaliação dos impactos decorrentes das atividades sobre essas regiões e grupos sociais, até aspectos como a identidade regional e cultural, a história e os costumes das populações que habitam tais localidades.

Parte das empresas associadas, responsáveis por 73,2% da produção de aço bruto considerada em 2011, mantém políticas e processos formalizados para ampliar a contratação de colaboradores nestas comunidades. Nas outras empresas, embora não esteja formalizado ou amparado por política corporativa, o recrutamento na comunidade local também é uma prática usual.

É frequente, entre as associadas, a realização de parcerias ou convênios com universidades e escolas da localidade e a participação em eventos, feiras e palestras para recrutamento junto a estas instituições. Em 2011, a maior parte das empresas associadas (responsáveis por 98,2% da produção de aço bruto considerada no período) realizou parcerias desta natureza com instituições que representam as comunidades do entorno de suas operações. Em alguns casos, há ainda especificação de preferência para candidatos da localidade no recrutamento para determinadas vagas nas empresas.

As empresas desenvolvem também diferentes iniciativas voltadas à formação e capacitação de mão de obra nas regiões onde atuam. Essas iniciativas normalmente envolvem parcerias com escolas técnicas para desenvolvimento de conteúdos e alinhamento de programas de determinadas disciplinas.

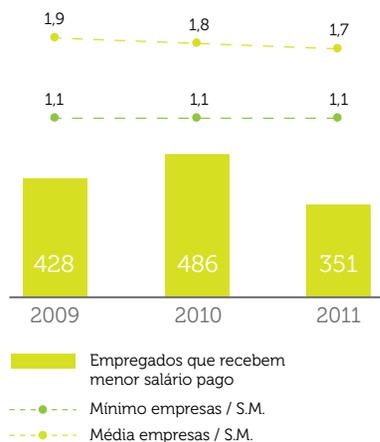
O monitoramento do número de empregados contratados nas comunidades do entorno das áreas de operação, porém ainda não é uma prática comum no setor.

Remuneração e benefícios

As políticas de cargos e salários

das empresas do setor estabelecem critérios claros, sempre relacionados às funções exercidas e ao desempenho dos empregados. Os perfis salariais são atrelados aos diferentes cargos e referenciados pelos padrões praticados no mercado, obtidos por meio de pesquisas periódicas realizadas pelas empresas

Menor salário pago*



* Base de empresas variou a cada ano:
 2011: 7 grupos empresariais (49% da produção de aço)
 2010: 6 grupos (43,9%)
 2009: 7 grupos (74,5%)

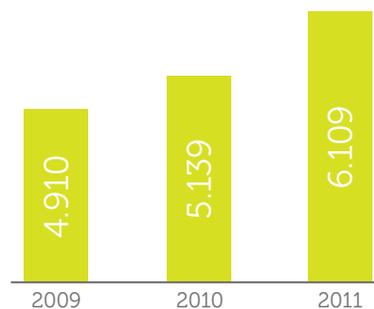
associadas. Os salários são definidos de acordo com a função desempenhada por cada empregado, garantindo a não discriminação nos processos de remuneração, independentemente de gênero, cor/raça ou qualquer outra condição ou característica pessoal.

Quando considerada a média entre o menor salário pago por cada uma das empresas, chega-se a um valor significativamente maior: R\$ 915,24, superando o mínimo nacional em aproximadamente 70%. Esse valor, praticado por apenas uma das empresas do setor, representa 1,11 vezes o salário-mínimo nacional vigente na maior parte do período. Essa relação entre o menor salário pago pelas empresas e o mínimo nacional se manteve constante nos últimos três anos.

Em 2011, o total de empregados que recebiam os menores salários pagos

Folha de pagamento

(R\$ milhões)



por cada uma das empresas associadas chegou a 351, número 28% menor que o verificado no período anterior.

A folha de pagamento das empresas associadas representou, em 2011, aproximadamente R\$ 6,1 bilhões. Esse valor é a soma dos recursos destinados à remuneração do trabalho, sob a forma de salários, e ao pagamento de benefícios e encargos sociais.

O valor total alocado pelas empresas para pagamento de benefícios aos empregados foi de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em 2011. Este valor inclui gastos com alimentação, previdência privada, saúde, subsídio à educação, cultura, participação nos lucros e resultados, entre outros benefícios como moradia, creche e auxílio creche, recreação e lazer.

Em geral, muitos benefícios oferecidos superam o exigido por lei, funcionando como instrumentos para retenção de talentos pelas empresas e consolidação de bons ambientes de trabalho.

BENEFÍCIOS OFERECIDOS A TODOS OS EMPREGADOS

Benefício	% da produção de aço bruto das empresas que oferecem o benefício
Seguro de vida	100%
Plano de saúde	100%
Previdência privada	99,2%
Creche/auxílio-creche	68,9%
Participação nos lucros e resultados	60,7%
Cobertura em caso de incapacidade/invalidéz	59,3%
Plano de aquisição de ações	55,8%
Cesta básica	28,7%

Despesas com benefícios

(R\$ mil)



O conjunto de benefícios oferecidos pelas empresas a seus empregados varia muito entre as empresas associadas. Todas elas, entretanto, oferecem seguro de vida e plano de saúde a todos os seus empregados.

Os outros benefícios voluntários oferecidos pelas associadas a seus empregados incluem: clube, auxílio na compra de medicamentos, cesta básica, previdência privada, auxílio para creches e a possibilidade de aquisição de ações, entre outros.

Previdência privada

(R\$ mil)



A maioria das empresas (que representa 99,2% da produção de aço bruto considerada no período) oferece planos de previdência privada para seus empregados. A maior parte dos planos, que visam à garantia de uma complementação financeira para a aposentadoria dos empregados participantes, funciona em regime de contribuição definida, com participações da empresa e do empregado, de acordo com o estabelecido por cada plano.

Em 2011, as empresas associadas direcionaram aproximadamente R\$ 108,4 milhões em contribuições aos planos de previdência privada de seus empregados.

Segurança e saúde no trabalho

A adequada gestão dos riscos à saúde

e segurança dos colaboradores é um dos aspectos de grande atenção da indústria produtora de aço em todo o mundo. A saúde e segurança no trabalho tem fundamental importância para sustentabilidade no setor, e a manutenção de medidas para prevenção de acidentes e minimização dos riscos tem impacto significativo e direto no bem-estar dos colaboradores e no desempenho das empresas.

As áreas responsáveis em cada uma das empresas, acompanhadas pelos respectivos comitês, desenvolvem ações que incluem investimento contínuo em equipamentos e treinamentos, inspeções regulares de segurança, sistemática de análise de acidentes, entre outras. São medidas direcionadas a todos os trabalhadores das empresas, sejam empregados ou terceiros.

Uma parte significativa das empresas do setor (responsáveis por 62,7% da produção) tem suas operações certificadas na OHSAS-18001, reconhecido padrão de avaliação e certificação de sistemas de gestão de saúde e segurança, que envolve uma série de normas cujo objetivo principal é auxiliar as empresas no controle dos riscos de saúde e segurança para os funcionários. Parte dessas empresas, que juntas representam 31,2% da produção

de aço bruto considerada no período, possui também certificação SA-8000, primeira norma voltada para a melhoria das condições de trabalho, abrangendo os principais direitos dos trabalhadores (saúde e segurança, liberdade de associação, limite de horas de trabalho, compensação, garantias contra trabalho forçado, discriminação e trabalho infantil).

O setor tem atuado continuamente, implementando novos padrões e diretrizes em segurança e saúde ocupacional. Em meados de 2010, lançou o Protocolo de Procedimentos relacionados a óleos, graxas e solventes, que objetiva estabelecer diretrizes para orientar os procedimentos preventivos, corretivos e de vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a esses materiais.

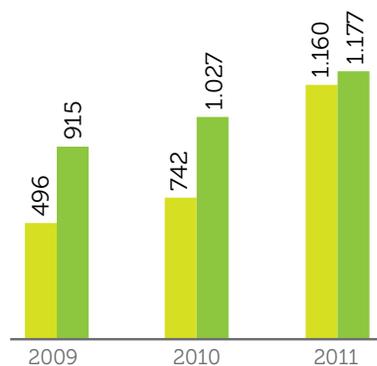
Esse documento se junta ao conjunto de protocolos já formalizados pelo Instituto Aço Brasil junto a todas as suas associadas – Protocolo de Avaliação e Controle do Ruído Ocupacional, o Protocolo de Gestão Ergonômica e o Protocolo de Procedimentos Relacionados ao Calor –, ampliando o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito das políticas de prevenção de acidentes do trabalho, operacionalizada pelas empresas produtoras de aço, através dos programas de prevenção aos riscos ambientais e de controle médico de saúde ocupacional.

Todas as empresas associadas mantêm procedimentos específicos para registro e notificação de acidentes. Essas notificações envolvem o levantamento das causas da ocorrência e levam ao



ACIDENTES DE TRABALHO

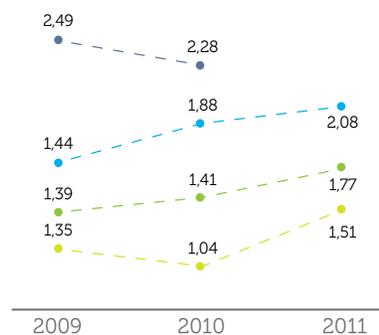
Total^{1*}



- Efetivo próprio
- Efetivo de terceiros

¹Considera todos os acidentes (com ou sem afastamento e fatais) tanto no trabalho quanto no trajeto.

Frequência de acidentes^{2*}

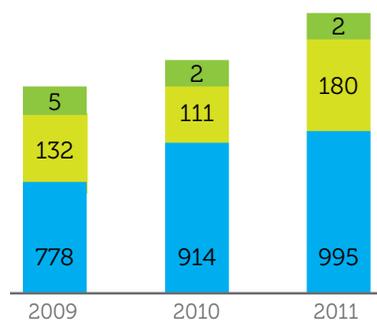


- - - ● Efetivo total
- - - ● Efetivo próprio
- - - ● Efetivo de terceiros
- - - ● Média mundial (worldsteel)

²Números de acidentes com afastamento (incluindo fatais) por milhão de homem-horas trabalhadas.

EFETIVO PRÓPRIO

Acidentes por gravidade^{3*}

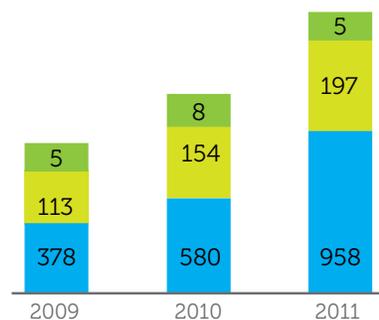


- Fatal
- Com afastamento
- Sem afastamento

³Considera todos os acidentes, tanto no trabalho quanto no trajeto.

EFETIVO DE TERCEIROS

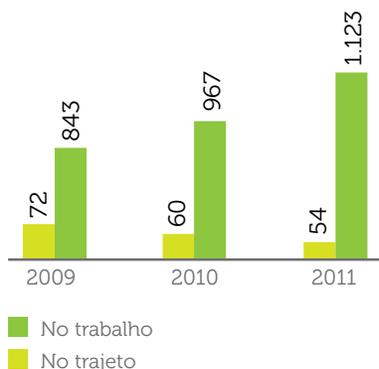
Acidentes por gravidade^{3*}



- Fatal
- Com afastamento
- Sem afastamento

EFETIVO PRÓPRIO

Acidentes por tipo^{4*}



EFETIVO DE TERCEIROS

Acidentes por tipo^{4*}



⁴Considera todos os acidentes (com ou sem afastamento e fatais).

*A base de empresas variou a cada ano: 2011: 9 grupos empresariais (100% da produção de aço bruto) | 2010: 7 grupos (99%) | 2009: 7 grupos (99%)

desenvolvimento de medidas preventivas para evitar que o acidente se repita.

Em 2011, o total de acidentes de trabalho, incluindo as ocorrências envolvendo o efetivo próprio e o de terceiros, foi de 2.337.

Aproximadamente 84% desse total de acidentes foram ocorrências de baixa gravidade, que dispensaram afastamento do trabalho.

No fim de 2011, a taxa de frequência desses acidentes para o efetivo total (próprio e de terceiros) ficou em 1,77 acidente por milhão de horas-homem trabalhadas.

Apesar do crescimento em relação ao período anterior, a taxa permanece abaixo da última média mundial publicada pela World Steel Association – (2010), que era de 2,28 acidentes por milhão de horas-homem trabalhadas.

Além de manter iniciativas permanentes para prevenção de acidentes nas operações, todas as empresas associadas possuem programas e campanhas que visam à melhoria das condições de saúde de seus colaboradores por meio da educação e sensibilização, incluindo o aconselhamento em relação à doenças graves.

INICIATIVAS EM SAÚDE E PÚBLICOS ATENDIDOS

Participação na produção de aço bruto das empresas associadas ao Aço Brasil por tipo de iniciativa/programa oferecido

	Efetivo próprio	Familiares	Comunidade
Educação e treinamento	100%	66,9%	33,9%
Prevenção e controle de risco	100%	33,2%	-
Tratamento	100%	60,8%	-

TÓPICOS DE SAÚDE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS COM SINDICATOS

Grupos empresariais associados ao Aço Brasil por tópico coberto pelo acordo com sindicato (quantidade e participação na produção de aço bruto)

Equipamento de proteção individual	89,6%
Representantes dos trabalhadores em inspeções de saúde e segurança	58,2%
Vistorias periódicas	58,2%
Mecanismos de reclamações	57,1%
Comitês conjuntos de saúde e segurança compostos por gestores e trabalhadores	56,3%
Treinamento e educação	54,6%
Direito a recusa de trabalho de alta periculosidade	54,6%

São inúmeros programas, com características particulares em cada uma das empresas, que envolvem iniciativas como, por exemplo, programas de ergonomia, aconselhamento nutricional e psicológico, condicionamento físico, ginástica laboral, exames periódicos de saúde, campanhas de vacinação contra gripe e hepatite e prevenção contra dengue e uso de drogas, além de uma série de campanhas com outros temas específicos.

Os acordos firmados com os sindicatos que representam os empregados por parte das empresas associadas ao Instituto Aço Brasil (que representa 89,6% da produção de aço bruto considerada por este relatório no período) também abrangem aspectos de saúde e segurança. Esses acordos observam pontos específicos relacionados à saúde e segurança do trabalhador, relevantes para o setor produtor de aço, como equipamentos de proteção individual, disponibilidade de infraestrutura adequada, periodicidade de vistorias, entre outros.

Treinamento e desenvolvimento

O aperfeiçoamento técnico contínuo e

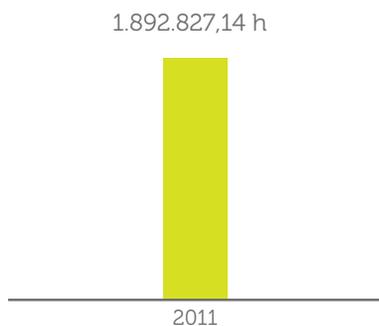
a ampliação das competências disponíveis nas organizações são permanentemente observados pelas empresas do setor.

Todas as empresas do setor mantêm programas estruturados de capacitação e treinamento de seus empregados. Esses programas abrangem aspectos técnicos, comportamentais e gerenciais, e acompanham iniciativas de apoio à educação formal (financiamento de cursos de graduação, pós-graduação e MBA) dos colaboradores.

Os treinamentos são realizados em diferentes formatos, dependendo dos objetivos específicos estabelecidos, e abrangem cursos externos e programas in company. Há cursos e programas de qualificação, com certificação, que são oferecidos permanentemente aos empregados.

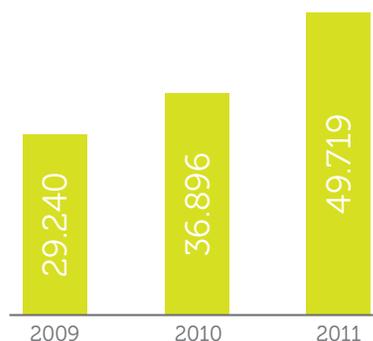
Em 2011, o investimento das empresas associadas em capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional foi de R\$ 49,7 milhões.

Horas de treinamento*

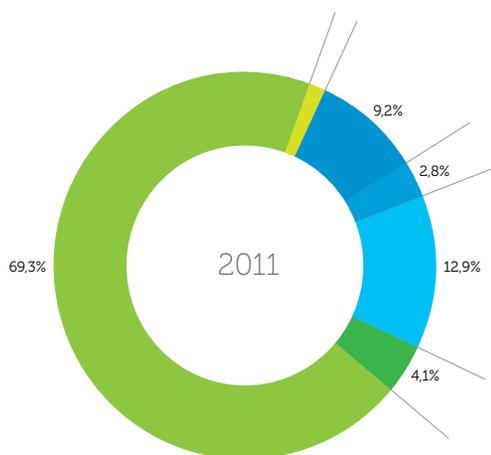


Investimento em capacitação e desenvolvimento profissional

(R\$ mil)



Treinamento por cargo*



*Considera dados de 7 grupos empresariais associados, responsáveis por 76% da produção de aço bruto considerada no período.

Em todo o ano, o período dos treinamentos destinados ao efetivo próprio das empresas associadas (considerando dados informados por parte das empresas, que representa 76% da produção de aço bruto considerada no período) chegou a aproximadamente 1,89 milhão de horas.

Os empregados de nível operacional, por formarem grupo mais numeroso dentro do efetivo próprio, foram o público-alvo da maior parte (69,3%) das horas de treinamento oferecidas pelas empresas.

Em média, cada colaborador das associadas ao Aço Brasil consideradas na análise participou de 45,55 horas – ou 5,69 dias – de treinamento no ano, em 2011.

Para alguns cargos, entretanto, o período médio de treinamento por empregado das associadas ao Instituto Aço Brasil foi bastante superior à média geral. Para empregados em cargos de supervisão e administração, o período médio de treinamentos foi de 12,36 e 7,1 dias por empregado no ano, respectivamente.

Programas de job-rotation e mobilidade entre diferentes unidades das empresas, tanto no país, quanto no exterior são outras oportunidades de desenvolvimento a que os empregados das associadas costumam ter acesso, sobretudo em áreas corporativas. Esses programas visam à criação de novos desafios aos colaboradores, favorecendo seu desenvolvimento profissional e pessoal a partir da vivência em diferentes áreas, atividades e culturas.

Outras iniciativas que buscam o desenvolvimento profissional dos empregados, comum a todas as empresas associadas, são os programas de treinamento e capacitação para colaboradores em início de carreira. Os programas de aprendizagem, estágio e trainee representam importantes

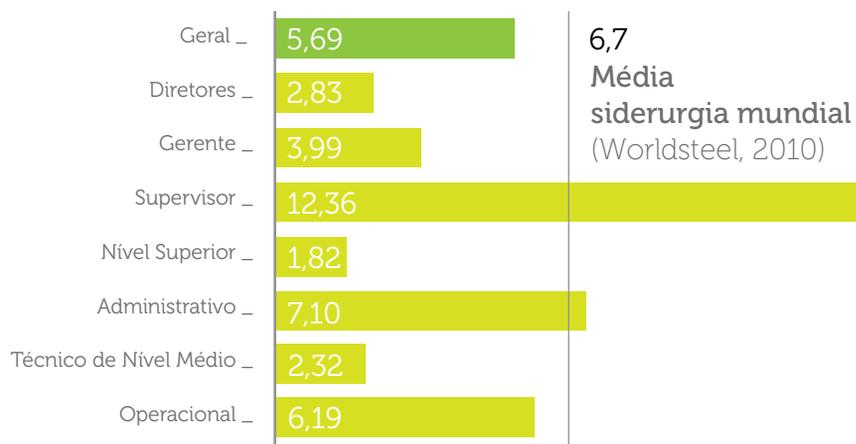
instrumentos para a entrada no mercado de trabalho, vivência no ambiente e rotina corporativos e ampliação de experiência em diferentes áreas e funções das empresas.

Ao final do último ano, 3.987 pessoas participavam de um desses programas nas empresas associadas.

Os programas de aprendizagem se adequam à lei 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, que determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. Aprendiz é o jovem, de 14 a 24 anos de idade, estudante do Ensino Fundamental ou Médio, que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo,

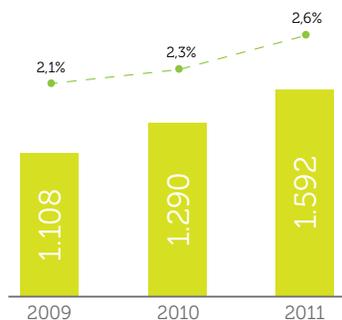
Média de treinamento por empregado, por cargo*

(dias/ano geral e por cargo)



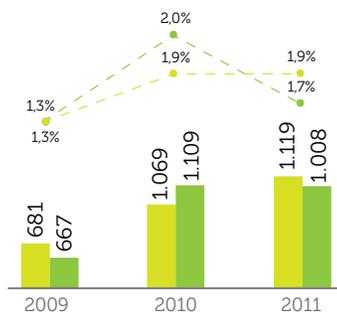
*Considera dados de 7 grupos empresariais associados, responsáveis por 76% da produção de aço bruto considerada no período.

Aprendizes



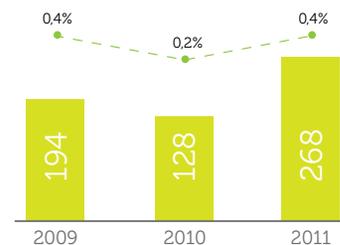
■ Aprendizes
- - - ● % do efetivo próprio

Estagiários



■ Estagiário – Nível Médio
■ Estagiário – Nível Superior
- - - ● % do efetivo próprio – N. Médio
- - - ● % do efetivo próprio – N. Superior

Trainees



■ Trainees
- - - ● % do efetivo próprio

formação na profissão para a qual está se capacitando. Deve cursar a escola regular (se ainda não concluiu o Ensino Fundamental) e estar matriculado e frequentando instituição de ensino técnico-profissional conveniada com a empresa. Em dezembro de 2011, as empresas associadas contrataram 1.592 aprendizes.

Os programas de estágio também são regulados por lei específica (11.788/2008) e representam experiência educativa supervisionada, desenvolvidos no ambiente de trabalho, que visam à preparação para o trabalho produtivo de pessoas que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da educação especial e dos anos finais do Ensino Fundamental profissional da educação de jovens e adultos.

Os programas de trainees são geralmente desenvolvidos com foco em profissionais recém-formados

e envolvem experiência diversificada em diferentes áreas da empresa. São oportunidades para a ampliação da experiência de profissionais em início de carreira, aproximando-os dos processos das diferentes áreas e da cultura da empresa.

Além dos aspectos técnicos, comportamentais e gerenciais, e do apoio à educação formal, os treinamentos das empresas abordam aspectos de Direitos Humanos relevantes para a atuação das empresas. São, sobretudo, indicadas questões sobre as quais a gestão das empresas deve atentar tanto na realização de suas atividades cotidianas quanto nos relacionamentos estabelecidos ao longo da cadeia de valor para produção e nas negociações comerciais.

Entre as empresas associadas, treinamentos são oferecidos ao efetivo próprio no momento da contratação, frequentemente em programas de ambientação e integração de novos colaboradores e em momentos

específicos ao longo da carreira na empresa. A equipe de segurança patrimonial, própria ou terceirizada, também é foco desses treinamentos.

A maior parte dos grupos, entretanto, não mantém um controle específico de frequência e participação segmentado para este tipo de treinamento.

Os assuntos abordados por esses programas costumam envolver aspectos relacionados ao combate à discriminação e ao assédio nas empresas, à participação no esforço de erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, além de temas específicos decorrentes do encaminhamento desses aspectos na gestão das organizações.

Avaliação de desempenho e carreira

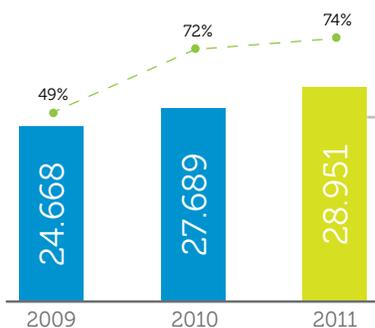
Parte dos grupos associados, que juntos respondem por 89,6% da produção de aço bruto considerada no período, mantém programas de avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira para seus empregados.

Essas iniciativas envolvem a definição de metas, o estabelecimento de planos de desenvolvimento e o acompanhamento da performance individual, com avaliações de diferentes níveis e constante feedback aos colaboradores.

Os programas de avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira são destinados, na maior parte das empresas, aos empregados de nível

Empregados que participaram de programas de análise de desempenho e desenvolvimento de carreira

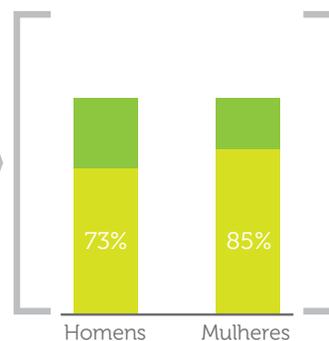
Total*



Distribuição por gênero* (2011)



Participação no total de empregados por gênero* (2011)



■ Número de empregados
 - - - % do efetivo próprio

*A base de empresas variou a cada ano:
 2011: 6 grupos empresariais (65,7% da produção de aço bruto)
 2010: 7 grupos (71,5%)
 2009: 8 grupos (99,18%)

executivo, superior e lideranças, embora alguns grupos empresariais associados já envolvam todo o efetivo nessas iniciativas. Com base nos dados de parte das empresas associadas (responsáveis por 65,7% produção que disponibilizaram dados para análise), o total de empregados que receberam avaliação de desempenho, em 2011, representou 74% do efetivo próprio.

Apesar de ser minoria entre os empregados que participaram dos programas de avaliação de desempenho, o grupo de 2.491 mulheres representa uma participação superior à dos homens no total do efetivo próprio por gênero dessas empresas. Do total de mulheres, 85% estiveram envolvidas nessas atividades, enquanto entre os homens essa taxa foi de 73%. Essa situação está relacionada com o fato de que há um percentual menor de mulheres nos cargos operacionais para os quais não há programas de desenvolvimento de carreira em parte das empresas.

A preparação para aposentadoria dos empregados que estão nessa etapa da carreira também canaliza esforços das empresas associadas. Em 2011, um grupo de empresas associadas, que representam 82,8% da produção de aço considerada no período mantinha iniciativas nesse sentido. Os critérios para participação e o formato dos programas variam de empresa para empresa, mas, em geral, contemplam palestras e diálogos personalizados, que buscam desenvolver um novo relacionamento do colaborador

com a empresa e o trabalho. Os programas envolvem, a definição de projetos para a aposentadoria e incluem, ainda, em alguns casos, orientações e avaliações relacionadas à saúde e ao bem-estar.

Relação com colaboradores e sindicatos

As empresas associadas mantêm

diferentes canais de comunicação com seu público interno, que viabilizam a participação dos empregados na gestão das organizações, por meio de sugestões sobre processos e produtos das empresas.

Em parte das empresas associadas, que corresponde por 89% da produção de aço bruto considerada no período, os processos de comunicação interna são regidos por políticas ou documentos formais que traçam diretrizes, sobretudo, para comunicações que envolvam mudanças significativas nas operações, com potencial impacto sobre os empregados.

Algumas dessas empresas formalizam prazos mínimos de antecedência com que tais mudanças devem ser comunicadas aos empregados. Os prazos estipulados variam de acordo com a empresa e com a natureza do processo a ser comunicado.

A liberdade de associação e de negociação coletiva também é um valor defendido pelas empresas associadas ao Instituto Aço Brasil. Estas empresas, cuja produção somada corresponde a 89,6% da produção de aço bruto considerada no período, formalizam este compromisso por meio de políticas

ou outros documentos. Todos os empregados do setor são cobertos por acordos de negociação coletiva firmados com os sindicatos que os representam.

O monitoramento das condições de exercício do direito de livre associação por parte dos empregados se dá através de pesquisas com empregados, próprios e de terceiros, diálogos com sindicatos e representantes de grupos de empregados, e ampla divulgação dos canais de recebimento de demandas relacionadas aos códigos de ética e conduta das empresas.

A maior parte das empresas associadas possui canais e processos estruturados e amplamente divulgados aos empregados para registro e encaminhamento de ocorrências relacionadas à conduta na empresa. Esses canais e processos reforçam a estrutura que viabiliza o adequado endereçamento de questões relacionadas aos Direitos Humanos, incluindo o combate à discriminação e ao assédio, fundamentais à manutenção dos melhores ambientes e relações de trabalho, defendidas pelo setor.

Meio ambiente

Sistemas de gestão ambiental

A maior parte das unidades industriais do setor (86,9% da produção de aço bruto) conta com sistema de gestão ambiental e de qualidade certificados, respectivamente, segundo a ISO 14001 e as normas da série ISO 9000, por órgão internacionalmente reconhecido. Parte

delas tem ainda certificações nas áreas de saúde e segurança e gestão florestal.

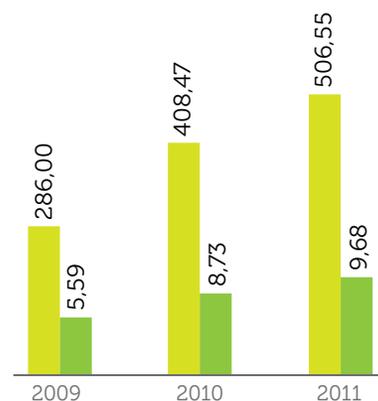
As unidades que ainda não possuem certificação de seus sistemas de gestão ambiental são aquelas que iniciaram suas operações mais recentemente e a obtenção da certificação faz parte do planejamento dessas empresas.

Investimento em meio ambiente

As empresas associadas investiram, em 2011, cerca de R\$ 506,5 milhões na melhoria ambiental de processos relacionados à produção, operação e gestão das unidades industriais e na prevenção dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

Investimento em meio ambiente

(R\$ milhões)



- Programas e projetos ambientais externos
- Relacionados à gestão e operação da empresa

Esse montante abrange investimentos e gastos com instalação e manutenção de equipamentos de controle e tratamento ambiental, sistemas de proteção atmosférica, tratamento de efluentes e resíduos, além de gastos com equipes técnicas especializadas em gestão ambiental.

Além do valor investido em ações relacionadas com a produção e a operação, as empresas do setor destinaram, no ano, mais R\$ 9,7 milhões a projetos e programas ambientais externos, como iniciativas de educação ambiental para públicos diversos e apoio a projetos de preservação e recuperação ambiental de áreas de proteção não pertencentes às empresas.

O valor investido em meio ambiente pelas empresas associadas cresceu cerca de 24% no último ano e mais 43% de 2009 para 2010.

Matérias-primas

Em 2011, a maior parte das usinas produtoras de aço (81,7% da produção de aço bruto) realizou iniciativas para a ampliação da eficiência na utilização de matérias-primas em seus processos produtivos.

São exemplos dessas iniciativas projetos de redução no consumo de cargas metálicas nos altos-fornos, utilização de blendagens de vários coprodutos em substituição a outros materiais e aumento da taxa de injeção de finos de carvão nos altos-fornos.

Mais da metade das empresas do setor já implementaram políticas de compra de matérias-primas que priorizam fornecedores com certificações socioambientais – como ISO 14001, SA8000, selo FSC, FLO e ABNT NBR 16001.

CONSUMO DE MATÉRIAS-PRIMAS DE FONTES EXTERNAS* (10³ t)	2010	2011
Carvão mineral / antracito	13.005	13.687
Coque	-	1.170
Coque de petróleo	767	1.023
Carvão vegetal	1.380	1.342
Minério de ferro**	29.856	33.589
Minério manganês	223	589
Ferro-gusa	2.252	2.477
Sucata de ferro e aço	6.142	6.780
Dolomita crua	1.380	1.346
Calcário cru	3.517	4.108
Cal calcítica / dolomítica	1.451	1.683
Ferroligas	488	509
Total	60.461	68.303

*Considera os materiais comprados pelas empresas. Não inclui os materiais produzidos internamente.

**Estão incluídas 7.412 mil e 7.918 mil de pellets em 2010 e 2011 respectivamente.

CONSUMO DE MATÉRIAS-PRIMAS PRODUZIDAS INTERNAMENTE* (10³ t)	2010	2011
Coque	8.110	8.192
Sinter	20.716	24.337
Ferro-gusa	19.984	22.192
Sucata de ferro e aço	2.316	2.337
Cal calcítica	403	406
Cal dolomítica	237	218
Total	51.766	57.682

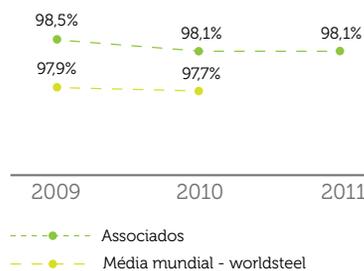
*Inclui apenas os materiais produzidos internamente pelas empresas associadas a partir de outros materiais.

No período, houve um crescimento de 13%, em média, no consumo das matérias-primas e insumos, em grande parte em função do aumento da produção. O consumo específico médio desses materiais apresentou aumento pouco significativo, refletindo o ganho de eficiência a despeito do aumento da produção no período.

O indicador de eficiência no uso de materiais, que apresenta o percentual de materiais convertidos em produtos e coprodutos, ficou em 98,1% ao final de 2011, resultado ligeiramente superior à média mundial desse indicador para a indústria do aço em 2010, conforme publicado pela worldsteel.

Por ser um material infinitamente reciclável, o aço contido em produtos ou em sobras na produção de bens retorna às usinas para ser usado como matéria-prima, dando origem a um novo aço, sem perda de qualidade. O aproveitamento dessas sucatas reduz significativamente o consumo de energia e de materiais no processo siderúrgico. Em 2011, foram recicladas cerca de

Eficiência no uso de materiais



6,8 milhões de toneladas de sucata de ferro e aço oriundas de fontes externas.

Carvão vegetal

Cerca de 11% da produção de aço

considerada é obtida a partir do carvão vegetal, usado em substituição ao coque como agente redutor do minério de ferro.

O uso do carvão vegetal tem vantagens do ponto de vista da redução das emissões de gases do efeito estufa. A absorção de CO₂ pelas florestas plantadas para produção do carvão vegetal compensa as emissões desse gás durante o processo industrial.

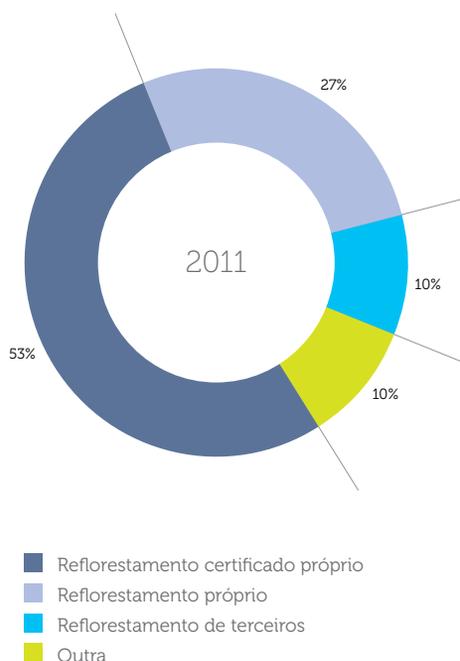
Em 2011, o consumo total de carvão vegetal pelas empresas associadas foi de 1,3 milhão de toneladas.

A maior parte do carvão utilizado (80%) é produzida a partir de madeira extraída de florestas plantadas pelas empresas do setor. Uma parte significativa dessas áreas tem certificações florestais, FSC ou CERFLOR, que atestam a exploração responsável dos recursos, por meio de técnicas social e ambientalmente adequadas de manejo florestal. Aproximadamente 53% de todo o carvão utilizado em 2011 foi produzido a partir de florestas certificadas. O carvão vegetal proveniente de outras fontes, que representa 10% do carvão vegetal utilizado pelas associadas, é produzido a partir de resíduos florestais, de serralherias e de outras áreas de manejo florestal, legalmente autorizadas. Os outros 10% são produzidos a partir de florestas plantadas por terceiros.

No início de 2012, as empresas associadas ao Instituto Aço Brasil firmaram compromisso público através do Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal, de forma a colaborar ainda mais com o poder público para a conscientização da cadeia produtiva quanto à importância da produção sustentável do carvão vegetal.

De acordo com o Protocolo, as empresas signatárias comprometem-se a atuar, em suas operações e junto à cadeia produtiva, para apoiar a erradicação de práticas que violem os direitos trabalhistas ou causem danos ao meio ambiente na produção desse insumo.

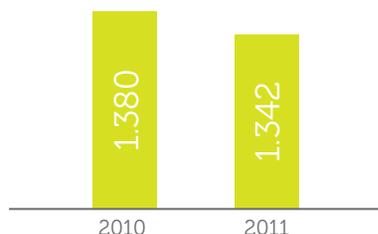
Procedência do carvão vegetal



Área de reflorestamento para produção de carvão (10³ ha)



Total de carvão vegetal utilizado (10³t)



O Protocolo inclui ainda o compromisso das associadas de concluir, em até 4 anos, o pleno atendimento de estoques florestais às respectivas demandas de produção por meio de plantio próprio ou plantio de terceiros.

Atualmente, as empresas associadas mantêm uma área total de 822,3 mil hectares destinados ao reflorestamento

PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO CARVÃO VEGETAL

A indústria do aço, que opera em total conformidade legal e dentro dos mais estritos princípios éticos na produção, aquisição e consumo do carvão vegetal, vem a público lançar protocolo de sustentabilidade do carvão vegetal, de forma a colaborar ainda mais com o poder público para a conscientização da cadeia produtiva quanto à importância da produção sustentável desse insumo. Nesse sentido, as empresas produtoras de aço signatárias reafirmam os seguintes compromissos:

1. Atuar dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável e em perfeita consonância com a legislação, considerando de forma integrada e harmônica os aspectos ambientais sociais e econômicos;
2. Atuar junto à cadeia produtiva visando eliminar práticas e atividades que violem os direitos trabalhistas ou causem danos ao meio ambiente;
3. Manter relacionamento comercial somente com empresas que cumpram todas as exigências socioambientais legais;
4. Exigir a comprovação documental requerida pela legislação aos fornecedores de carvão vegetal e dos produtos dele derivados;
5. Estabelecer parceria com o Poder Público para o desenvolvimento de programa de conscientização social e ambiental junto aos fornecedores de carvão vegetal;
6. Concluir, em até 4 anos, o pleno atendimento de estoques florestais às respectivas demandas de produção por meio de plantio próprio ou plantio de terceiros, desde que em consonância com os requisitos legais;
7. Atuar em parceria com o Governo dando continuidade ao desenvolvimento e implementação de tecnologia para captação e queima dos gases do processo de produção de carvão vegetal, visando à redução das emissões dos gases de efeito estufa;
8. Apresentar periodicamente o desenvolvimento das ações acima referidas no Relatório de Sustentabilidade da indústria do aço.

INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA (2011)

Tipo de iniciativa	% da produção das unidades industriais que realizaram
Programas de treinamento / sensibilização de colaboradores	71,8%
Otimização do controle dos processos via automação	63,2%
Reaproveitamento de gases do processo	55,2%
Redesenho de processo	53%
Substituição de combustíveis	32,4%
Reforma ou substituição de equipamentos (alta eficiência energética)	30,4%

para produção do carvão vegetal.

Do total desta área, aproximadamente 60% é destinado ao uso econômico, com reflorestamento para futura produção de carvão. Os outros 40% são áreas de preservação, em atendimento às exigências legais ou por iniciativa voluntárias das empresas.

Energia

Ao longo de 2011, todas as empresas associadas deram continuidade às iniciativas para redução do consumo de energia. A maior parte dos esforços esteve relacionada ao treinamento e à sensibilização dos colaboradores e à automação de processos para otimização de controle.

Grande parte dos resultados dessas iniciativas, entretanto, já vem sendo implementada aos processos nos últimos anos, o que fez com que se verificasse no último período certa estabilização no nível de consumo de energéticos, agora sujeitos às variações naturais dos processos, ao mix de produtos ofertados e à escala de produção.

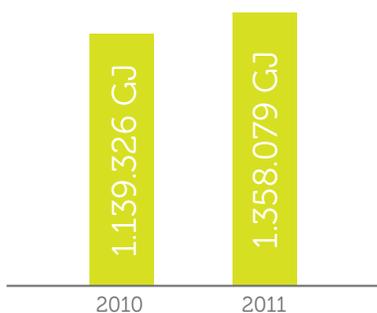
O resultado desses esforços indica um total de 1.358.079 GJ de energia economizada no período. Esse número representa o somatório do total de energia que, estima-se, teria sido consumido a mais pelas empresas associadas caso as iniciativas de eficiência energética não tivessem sido adotadas.

O consumo de energia das empresas associadas consideradas, em 2011, sofreu um aumento de 14% em relação ao ano anterior, em função, principalmente, do aumento da produção.

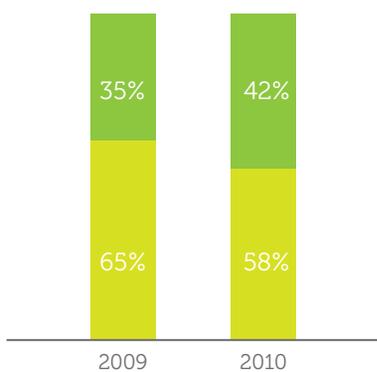
O consumo total de energia em 2011 foi de 586.701 TJ, indicando um consumo específico de energia de aproximadamente 19,36 GJ/t de aço bruto produzido. Esse número representa um aumento de 4% em relação ao período anterior e está cerca de 4% abaixo da média estimada mundial do setor, publicada pelo worldsteel com base em informações de 2010.

A matriz energética do setor não sofreu alterações significativas nos últimos dois anos. Em 2011, o uso de carvão mineral e coque foi de aproximadamente

Energia economizada devido a iniciativas de redução de consumo e eficiência energética



Energia elétrica

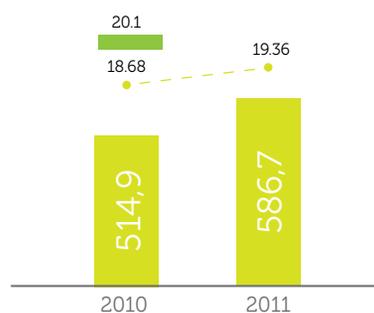


- Comprada
- Geração própria

74%. O consumo de derivados de petróleo corresponde a 14%. A energia elétrica e o carvão de origem vegetal representam, cada um, outros 6% da matriz energética do setor no período.

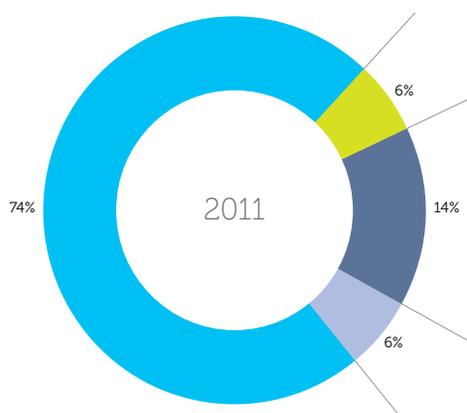
A maioria das empresas associadas (83,9% da produção de aço bruto) dispõe de unidades de geração própria de energia elétrica. Em parte delas, a geração ocorre dentro da própria planta

Consumo de energia



- Total (10⁶.GJ)
- - - Específico (GJ / t aço bruto)
- Média esp. mundial - worldsteel

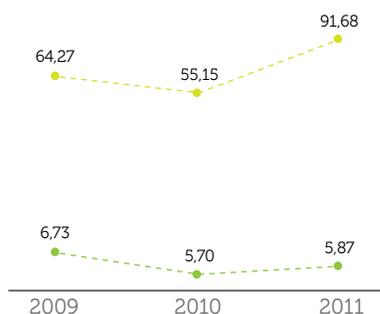
Matriz energética



- Carvão mineral / Coque
- Carvão vegetal
- Derivados de petróleo
- Energia elétrica

Captação específica de água

(m³/t aço bruto)



--- Água doce
--- Água salobra/salgada

Índice de recirculação de água



--- Água doce
--- Água salobra/salgada

industrial, outras possuem centrais de geração de energia fora da unidade industrial. A energia elétrica é gerada em um processo termelétrico por meio de reaproveitamento de gases do processo produtivo ou em centrais hidrelétricas. Esses processos foram responsáveis, em 2011, por 42% do total de energia elétrica produzida pelas empresas associadas.

Água

A maior parte da água utilizada nas unidades industriais de produção de aço é empregada em processos de resfriamento. Em alguns processos, e dependendo da disponibilidade desses recursos na região, há possibilidade de utilização de água do mar ou salobra sem prejuízo à qualidade do processo e com impacto controlado sobre o ambiente – com processos que consideram

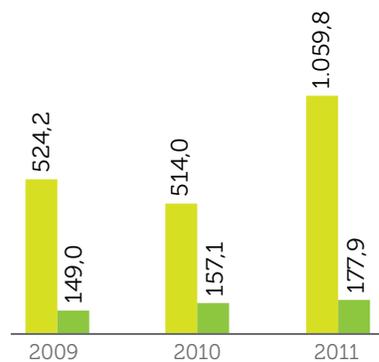
as condições ambientais da região, respeitando a outorga para captação de água e atentando às condições dos efluentes e descargas realizadas.

Os processos que demandam água e os sistemas de captação e uso desse recurso nas operações vêm sendo aperfeiçoados ao longo dos anos. Atualmente, as empresas do setor contam com sistemas que viabilizam a recirculação da água por diversos ciclos, aumentando a eficiência no uso deste recurso e reduzindo a captação de água nova. Todos esses processos contribuem para que o setor tenha índices elevados de recirculação de água.

Ao longo de 2011, foram realizadas iniciativas visando reduzir o consumo de água das operações das unidades industriais. A maior parte dessas iniciativas esteve relacionada com

Água captada

(10⁶ m³)



■ Água doce
■ Água salobra/salgada

Água recirculada

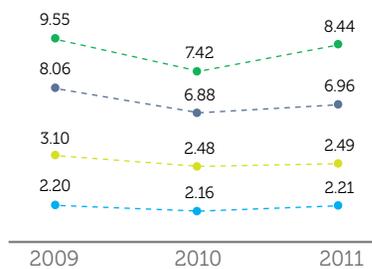
(10⁶ m³)



■ Água doce
■ Água salobra/salgada

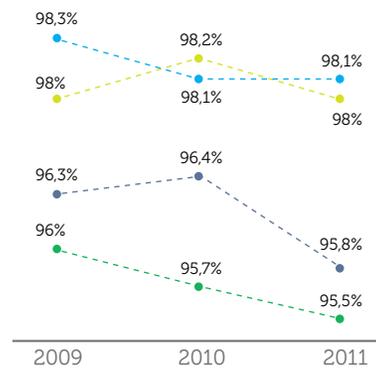
Captação específica de água doce por rota

(m³/t aço bruto)



---●--- Integrada a carvão vegetal
---●--- Integrada a coque
---●--- Semi-integrada
---●--- Híbrida

Índice de recirculação de água doce por rota



---●--- Integrada a carvão vegetal
---●--- Integrada a coque
---●--- Semi-integrada
---●--- Híbrida

o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão do uso da água e a programas de treinamento e sensibilização dos colaboradores.

Nos últimos três anos, a taxa média de recirculação de água doce foi de 96,5%.

A água do mar ou salobra é utilizada em sistemas de resfriamento, não havendo contato da água utilizada com outros elementos do processo produtivo. Uma vez utilizada, a água salobra/salgada tem apenas sua temperatura monitorada para ser devolvida ao corpo hídrico do qual foi captada. A utilização desse recurso, quando disponível na localidade, reduz a demanda de água doce no processo produtivo, deixando-a disponível para outras finalidades.

Em 2011, o total de água doce nova utilizada pelas empresas associadas chegou a 177,9 milhões de metros cúbicos, o que representa uma utilização específica de 5,87 m³ de água por tonelada de aço bruto produzido. Toda retirada de água dos corpos hídricos pelas empresas segue a outorga e a regulamentação dos órgãos ambientais competentes.

Parte das unidades industriais das empresas associadas já realiza o pagamento pelo uso da água. Essa cobrança é feita em algumas bacias hidrográficas, por decisão dos respectivos comitês de bacias. Em alguns casos, as unidades industriais não fazem a captação direta de água e utilizam a rede de abastecimento local, realizando o pagamento diretamente a essas concessionárias.

O valor pago pela água utilizada depende, geralmente, de uma série de fatores que vão além do volume utilizado. O pagamento feito pelos usuários de água em uma determinada bacia hidrográfica é calculado com base em parâmetros que dependem da captação, do consumo e da qualidade dos efluentes devolvidos ao corpo hídrico. O valor médio pago por metro cúbico captado de água em 2011 foi de R\$ 0,72/m³. Essa média, entretanto, é obtida a partir de uma grande dispersão de valores que variam de R\$ 0,01/m³ a R\$ 6,15/m³.

Efluentes

Todas as empresas associadas possuem estações de tratamento de efluentes, com monitoramento de sua qualidade inclusive maximizaram a recirculação de seus efluentes alcançando a meta "descarte zero", operando em sistemas totalmente fechados.

Os efluentes são monitorados e têm seus principais parâmetros avaliados para que sejam lançados ao corpo receptor com a qualidade necessária à conservação de suas águas e em atendimento à legislação aplicável. O monitoramento realizado envolve também a verificação do nível de impacto da captação e do lançamento realizado sobre o corpo hídrico.

Em 2011, o volume de efluentes industriais de água doce lançados pelas unidades das empresas associadas totalizou 74,7 milhões de metros cúbicos.

PRINCIPAIS MÉTODOS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

Método de tratamento	% da produção das unidades que utilizam
Separação de óleo e água	96%
Neutralização e ajuste de pH	93,2%
Floculação e coagulação	81,3%
Resfriamento	77,7%
Tratamento biológico	76,9%
Filtração	76,6%
Sedimentação	75,1%
Clarificação	67,5%
Equalização	65%
Aeração	62,1%
Desidratação de lodo	62%
Troca de calor	51%
Lagoas de estabilização	49,9%
Flotação	41,6%
Controle de dureza	38,2%
Desmineralização	37,2%
Carbono ativado	36,1%
Dessalinização	13,8%
Evaporação	5,6%

Emissões atmosféricas

A emissão de gases de efeito estufa

é relevante na produção de aço pela rota integrada a coque, devido à necessidade deste insumo para redução do minério de ferro (óxido de ferro) a ferro metálico. A rota integrada a coque é responsável por cerca de 70% da produção mundial de aço e ainda não há outra tecnologia que possa substituí-la de forma competitiva, nos atuais níveis de produção.

O reaproveitamento de gases do processo produtivo e a adoção de medidas para maior eficiência energética são exemplos dos esforços realizados

pelas empresas. Em 2011, a maior parte das empresas associadas (73% da produção de aço bruto) implementou iniciativas para aumento da eficiência energética e redução das emissões dos gases de efeito estufa.

A utilização de carvão vegetal, em substituição ao coque para redução do minério de ferro, representa diferencial significativo do setor produtor de aço brasileiro, no que diz respeito à redução das emissões de gases de efeito estufa. A produção de aço via rota integrada a carvão vegetal representa 11% da produção de aço considerada.

INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES CAUSADORES DO EFEITO ESTUFA (2011)

Tipo de iniciativa	% da produção das unidades que realizaram
Reaproveitamento de gases	55,2%
Substituição de combustíveis	37%
Reuso e reciclagem de coprodutos	30,3%
Otimização do controle dos processos via automação	24,2%
Redesenho de processo	21,1%
Programas de treinamento / sensibilização de colaboradores	18,8%
Inovação tecnológica	10,4%
Reforma ou substituição de equipamentos	5,5%
Gestão de materiais	2,9%

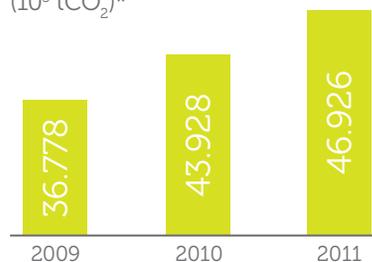
No entanto, há restrições técnicas ao uso de carvão vegetal em altos-fornos de grande porte, o que limita o emprego deste insumo nas plantas com grande capacidade de produção.

A melhoria dos processos de monitoramento das emissões é outro aspecto que tem sido observado pelas empresas. O Instituto Aço Brasil tem trabalhado junto às empresas para padronizar a forma de acompanhamento das emissões, incentivando o inventário com base na metodologia definida pela World Steel Association. Em 2011, todas as empresas associadas realizaram inventário de suas emissões de CO₂.

No mesmo ano, as emissões totais de gases do efeito estufa (escopos 1, 2 e 3) decorrentes das atividades do setor somaram 46,9 Mt CO₂.

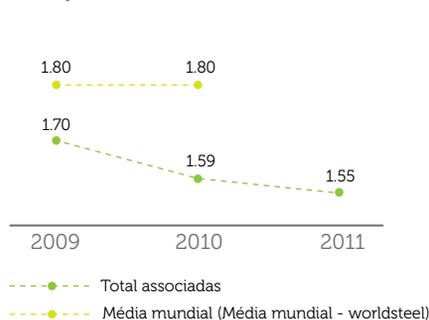
Esse total de emissões resultou em um índice de 1,55 CO₂ por tonelada de aço bruto produzida em 2011, índice 14%

Emissões de CO₂ (10³ tCO₂)*



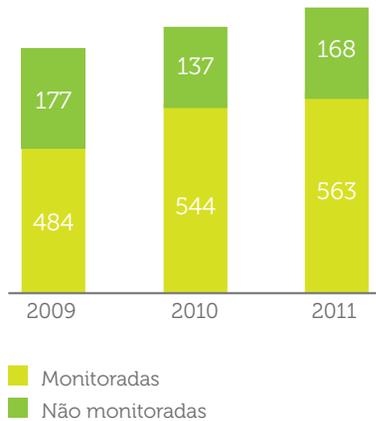
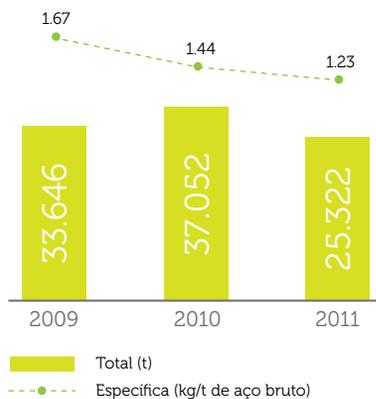
*Considera as emissões totais (somatório dos escopos 1, 2 e 3 do conjunto de empresas que informou a cada ano).

Emissão específica total de CO₂ (t/t aço bruto)*



*Considera as emissões totais (somatório dos escopos 1, 2 e 3 do conjunto de empresas que informou a cada ano).

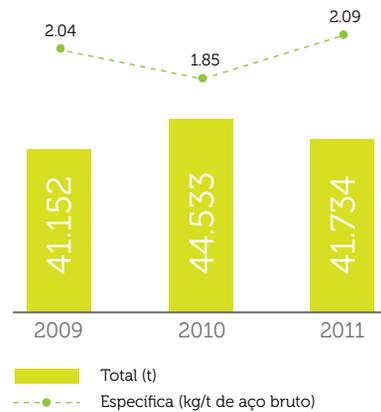
Fontes fixas

Emissão de NO_x*

*A base de empresas variou a cada ano:
2011: 12 unidades industriais (67,8% da produção de aço bruto) | 2010: 24 (96,3%) | 2009: 24 (96,4%)

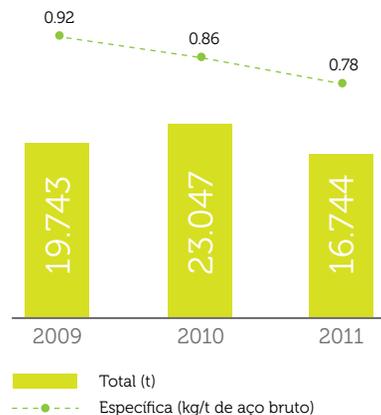
abaixo da média mundial publicada pela World Steel Association para o ano de 2010, que foi 1,8 tCO₂ por tonelada de aço bruto.

Em 2011, 77% do total de fontes fixas existentes nas plantas foram monitoradas. O monitoramento é feito, na maior parte dos casos, por medição direta e inclui

Emissão de SO_x*

*A base de empresas variou a cada ano:
2011: 11 unidades industriais (66% da produção de aço bruto) | 2010: 24 (96,3%) | 2009: 24 (96,4%)

Emissões de material particulado*



* A base de empresas variou a cada ano:
2011: 14 unidades industriais (71% da produção de aço bruto) | 2010: 26 (100%) | 2009: 25 (100%)

emissões de óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre e material particulado.

Parte das empresas associadas (responsáveis por 53,2% da produção

de aço) adotou projetos de redução das emissões ou captura de carbono com vistas à geração de créditos de carbono no mercado. Há projetos ainda em fase de elaboração e outras iniciativas já aprovadas com Certificados de Emissões Reduzidas (CER's) emitidos. Esses projetos envolvem, por exemplo, a substituição de insumos e combustíveis por fontes renováveis e menos emissoras, ampliação do uso de carvão vegetal em substituição ao coque e carvão mineral e a cogeração de energia elétrica a partir da recuperação de gases do processo.

Coprodutos e resíduos

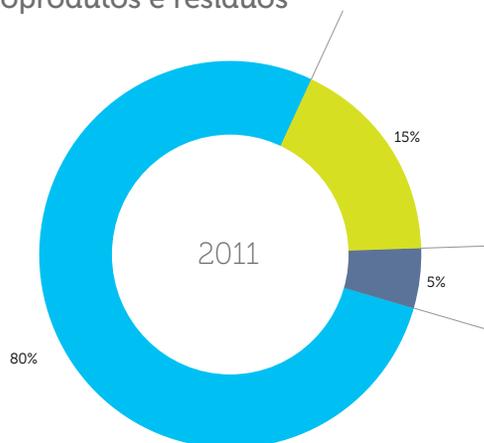
A produção de coprodutos e resíduos

é bastante significativa no processo de produção de aço. Para cada tonelada de aço bruto produzido, gera-se mais de 600 kg de coprodutos e resíduos. Em 2011, as empresas associadas produziram um total de 19,2 milhões de toneladas de coprodutos e resíduos.

Atualmente, 80% do total de coprodutos e resíduos são aproveitados, seja internamente nas próprias empresas ou por terceiros. A redução do percentual de coprodutos e resíduos utilizados no último período está relacionada com a maior quantidade de estoques em comparação ao ano anterior.

Visando ampliar ainda mais a divulgação das propriedades e possibilidades de aplicação dos coprodutos siderúrgicos, o Instituto Aço Brasil criou, em 2010, o Centro de Coprodutos Aço Brasil. Com o objetivo de se tornar referência

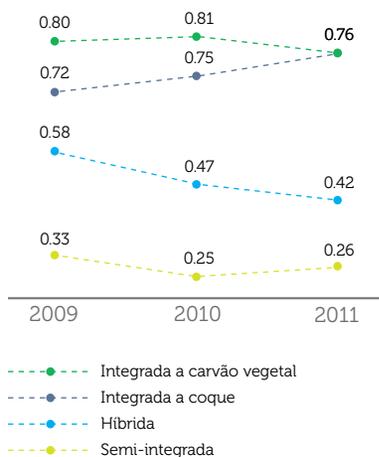
Destinação dos coprodutos e resíduos



Geração de coprodutos e resíduos



Geração específica de coprodutos e resíduos por rota (t/t aço bruto)*



*Os dados de uma das plantas integradas a carvão vegetal em 2009 e 2010 estão consolidados junto às integradas a coque.

com relação ao desenvolvimento de tecnologias de aplicação de coprodutos, o Centro representa um espaço para a troca de experiências, integrando instituições, fomentando a normalização e fornecendo dados estatísticos.

A pesquisa de alternativas para utilização dos coprodutos da produção do aço criou, também, novas oportunidades de negócios para as empresas do setor, que atualmente obtêm receita por meio da comercialização desses materiais.

A geração média de coprodutos e resíduos no processo de produção varia em função da rota tecnológica e do mix de produtos da unidade industrial.

Somente uma pequena parte do total de resíduos – pouco mais de 3% – é

classificada como resíduos classe I – perigosos, que precisam ser destinados para processos de tratamento e aterros industriais, construídos de acordo com as especificações requeridas para receber esse tipo de resíduo.

Aproximadamente 60% dos coprodutos gerados no processo são escórias, atualmente denominadas agregados siderúrgicos. Resultam da fusão do minério, e são formados por uma mistura de óxidos metálicos e outros materiais, que têm diversas aplicações em diferentes indústrias. Materiais resultantes do processamento dos agregados siderúrgicos podem ser usados na produção de cimento, bases de estradas, produção de fertilizantes e corretivos de solos, entre outras aplicações.

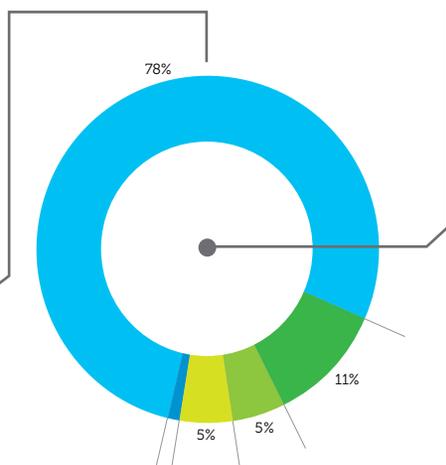
Em 2011, 94,6% dos agregados siderúrgicos gerados pelas empresas associadas foram utilizados, sendo que 78% foram vendidos para ser aplicados em diferentes processos. A maior parte (60%) dos agregados siderúrgicos foi utilizada na produção de cimento. O uso dos agregados nessa indústria traz benefícios ambientais significativos, como a redução das emissões de CO₂ por meio da substituição do clínquer.

Ao longo do último ano, todas as empresas associadas ao Instituto Aço Brasil desenvolveram iniciativas visando à redução do volume de resíduos e à melhor destinação dos coprodutos. Juntamente ao CCA Brasil, as empresas desenvolvem projetos para ampliação dos mercados

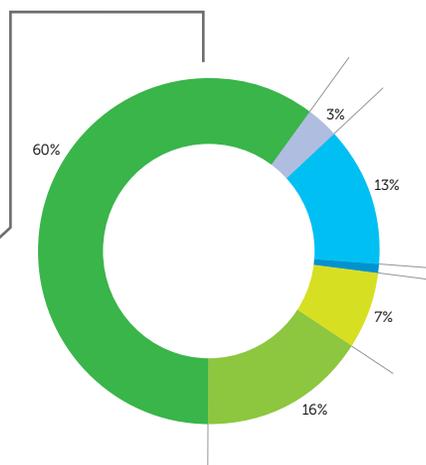
Coprodutos e resíduos por tipo



Destinação dos agregados siderúrgicos (2011)



Aplicação dos agregados siderúrgicos (2011)



- Finos e pós
- Agregados siderúrgicos
- Outros
- Lamas

- Venda
- Reutilização interna
- Doação
- Estoque
- Disposição final - 1%

- Bases e sub-base de estrada
- Produção de cimento
- Uso agronômico
- Nivelamento de terrenos
- Lastro ferroviário - 1%
- Outros

INICIATIVAS RELACIONADAS COM OS COPRODUTOS E RESÍDUOS (2011)

Tipo de iniciativa	% de produção de aço bruto
Desenvolvimento de novos mercados para resíduos e coprodutos gerados	75,2%
Estruturação / aperfeiçoamento da gestão de resíduos e coprodutos	71,5%
Programa de treinamento / sensibilização de colaboradores	56,1%
Identificação de boas práticas para coleta, manuseio, estocagem e transporte	43,0%
Novas formas de reuso	41,9%
Novos tratamentos dos resíduos para melhoria das suas propriedades	34,7%
Novas formas de reciclagem no próprio processo	34%
Previsão orçamentária para agregação de valor aos resíduos e coprodutos	28%
Inovação tecnológica para desenvolvimento de novas aplicações	22,8%
Desenvolvimento de normas para aplicação dos coprodutos	19,6%

Receita com venda de coprodutos

(R\$ milhões)*

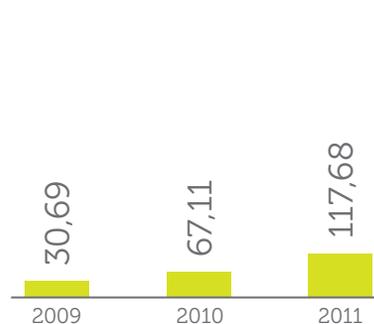


*A base de empresas variou a cada ano:

2011: 26 unidades industriais (99,2% da produção de aço bruto) | 2010: 22 (87,7%) | 2009: 8 (58,1%)

Custo com disposição de resíduos

(R\$ milhões)*



*A base de empresas variou a cada ano:

2011: 23 unidades industriais (88,4% da produção de aço bruto) | 2010: 22 (87,7%) | 2009: 8 (58,1%)

existentes e para a abertura de novos mercados a fim de potencializar a venda desses materiais, com a perspectiva de pleno atendimento aos princípios da sustentabilidade, sob os aspectos econômico, social e ambiental.

A venda dos coprodutos gerou, em 2011, uma receita de aproximadamente R\$ 393,8 milhões às empresas associadas. O crescimento dessa receita ao longo dos anos (49% no último período) é reflexo direto da atuação das empresas e do Instituto Aço Brasil no desenvolvimento desse mercado.

Neste mesmo período, o custo com a disposição de resíduos chegou a R\$ 117,7 milhões. O aumento do custo nos últimos anos está relacionado com a maior quantidade de resíduos enviados para disposição final em função do aumento da produção.

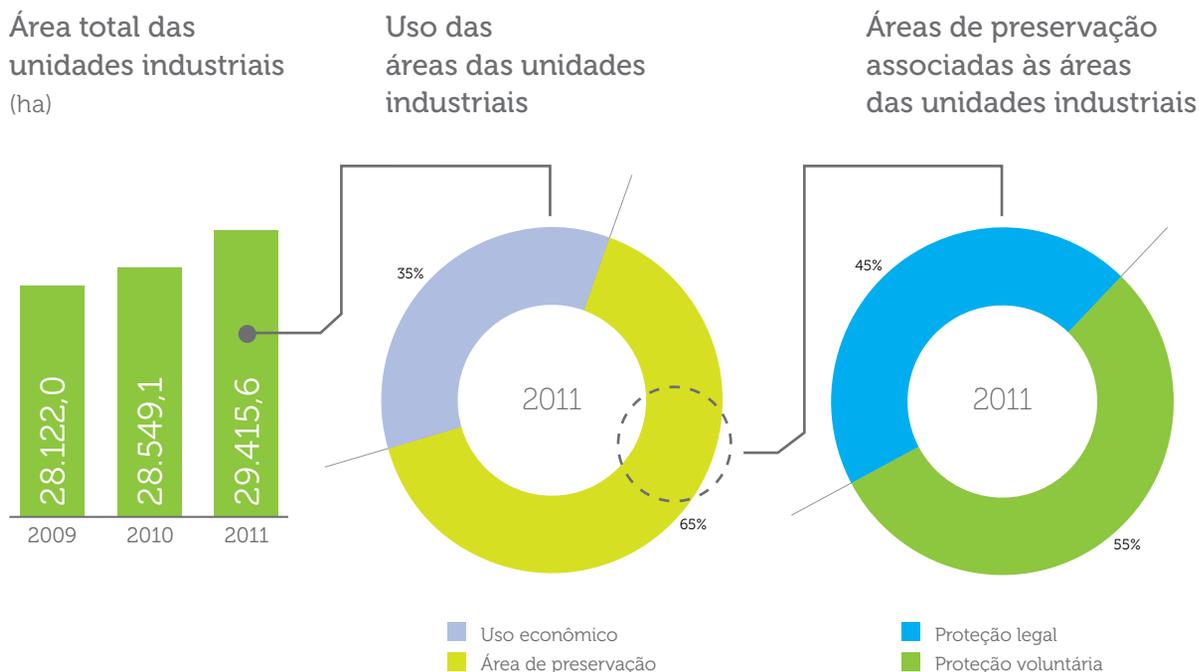
Algumas empresas associadas exportam parte de seus coprodutos para outros países. Em 2011, o total exportado foi de 17.975,02 toneladas, sendo a China o principal destino desse material.

Áreas verdes

Uma parte significativa das áreas

ocupadas pelas empresas, cujo total é 29,4 mil hectares, é mantida como área de preservação. Em 2011, 65% da área total estavam destinados à proteção ambiental, por exigências legais (como áreas de proteção permanente e reserva legal) ou por iniciativa voluntária das empresas. Do total de áreas de proteção ambiental, 55% são mantidos voluntariamente pelas empresas associadas.

Essas áreas de proteção estão alinhadas às políticas de sustentabilidade das empresas e são desenvolvidas junto



às comunidades. Há cinturões verdes no entorno das unidades industriais que funcionam como barreira natural contra a ação dos ventos, auxiliam no controle do microclima e atuam como elemento paisagístico, diminuindo o impacto visual das atividades industriais. Ainda há vantagens adicionais decorrentes da preservação da fauna e flora da região do entorno das unidades industriais.

O monitoramento das áreas de preservação mantidas por exigência legal é constantemente realizado pelos órgãos competentes, cujas recomendações e deliberações recebem atenção e cumprimento por parte das empresas.

Em 2011, algumas unidades industriais do setor firmaram TAC's (termos de

ajustamento de conduta) junto ao Poder Público, para implementação de medidas de recuperação nessas áreas. Todos os compromissos formalizados nesses TAC's já foram ou estão sendo devidamente cumpridos pelas empresas.

Gestão de impactos na biodiversidade

Além das áreas de proteção ambiental, as empresas associadas mantêm uma série de programas e iniciativas que têm por objetivo evitar impactos sobre os ecossistemas das regiões onde as empresas estão localizadas.

Em 2011, algumas empresas associadas (responsáveis por 58,1% da produção de aço bruto) realizaram estudos para mapeamento

e monitoramento dos impactos nas respectivas áreas de influência. Os estudos envolveram análises relativas aos impactos das instalações industriais, à poluição, às alterações de habitats e aos impactos sobre espécies nativas, entre outros, e dividem-se entre estudos relacionados à avaliação de impactos de projetos específicos das empresas e de monitoramento das condições de biodiversidade no entorno das unidades industriais.

A maior parte dessas iniciativas decorre de exigências legais ou dos órgãos fiscalizadores, criando referências e subsídios para decisões estratégicas das empresas.

Parte das unidades industriais nas quais este tipo de estudo foi desenvolvido, realizou também o mapeamento de espécies em risco de extinção presentes nas áreas de influência dos respectivos empreendimentos.

Esses mapeamentos fizeram parte de iniciativas para avaliar a ocorrência de impactos sobre a biodiversidade, incluindo alterações comportamentais e eventuais riscos a indivíduos de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Um dos projetos comparou parâmetros de riqueza, abundância e diversidade das espécies da fauna nas proximidades das áreas de instalação da indústria para auxiliar na implementação de ferramentas de acompanhamento e medição da estrutura da fauna e estabelecer um quadro atual de conservação da área limítrofe da empresa.

Os estudos realizados por essas unidades possibilitaram o estabelecimento

de programas e metas específicas para a proteção das espécies ameaçadas identificadas.

Uma parcela significativa das unidades industriais das empresas associadas (83% da produção de aço bruto) mantém, ainda, unidades de conservação e outros projetos específicos de proteção ou restauração ambiental. Os projetos envolvem o estabelecimento de RPPN's (Reserva Particular do Patrimônio Natural), o plantio de mudas nativas para reflorestamento de áreas degradadas, a recuperação de rios, nascentes e manguezais, além da implantação de programas de educação ambiental em diferentes localidades.

Gestão de impactos do transporte

As empresas fazem o mapeamento dos impactos socioambientais relacionados com o transporte de matérias-primas, insumos, produtos e colaboradores.

A determinação dos impactos envolve o monitoramento de fumaça preta e das condições de conservação e manutenção dos caminhões que servem às empresas, tanto da frota própria quanto de terceiros contratados. A avaliação envolve também o monitoramento do consumo de combustível, dos acidentes e ocorrências envolvendo a frota, do nível de periculosidade da carga e os devidos procedimentos de segurança, entre outros aspectos.

Entre os potenciais impactos identificados pelas empresas estão

NÚMERO DE ESPÉCIES EM RISCO DE EXTINÇÃO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS UNIDADES INDUSTRIAIS*

Nível de risco	Número de espécies
Criticamente ameaçadas	0
Ameaçadas	2
Vulneráveis	1
Quase ameaçadas	1
Mínimo de preocupação	28

*Dados resultantes de estudos realizados por duas unidades industriais das empresas associadas (responsáveis por 10,7% da produção de aço bruto em 2011).

a emissão de fumaça preta e alteração da qualidade do ar, o risco para qualidade do solo e das águas superficiais em caso de acidentes e o aumento do tráfego em vias específicas.

Para atuar na gestão e prevenção destes impactos, essas unidades realizaram, em 2011, diferentes iniciativas. As ações tiveram foco na redução das emissões, substituição de combustíveis e embalagens e prevenção de acidentes ambientais, por meio do estabelecimento de condições de operação e manutenção das frotas e disponibilização de plano e equipes de emergência. Em algumas iniciativas, as empresas engajaram seus fornecedores de forma a fortalecer os vínculos com outras empresas envolvidas nestes processos e ampliar os resultados das ações.

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- × Não informado

	PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
VISÃO E ESTRATÉGIA		
1.1 Declaração do presidente	4-5	●
1.2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	20-23	●
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1 Nome da organização	13	●
2.2 Produtos e serviços, incluindo marcas	13-17	●
2.3 Estrutura operacional	13-17	●
2.4 Localização da sede da organização	90	●
2.5 Países e região onde a organização atua	13-17; 26-29	●
2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade	13; 28-30	●
2.7 Mercados atendidos	23	●
2.8 Porte da organização	13-17; 20-21	●
2.9 Mudanças durante o período coberto pelo relatório	8; 26-27	●
2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	--	×
PERFIL DO RELATÓRIO		
3.1 Período coberto pelo relatório	8	●
3.2 Data do relatório anterior	8	●
3.3 Ciclo de emissão dos relatórios	8	●
3.4 Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório e seu conteúdo	90	●
ESCOPO DO RELATÓRIO		
3.5 Processo para definição do conteúdo	8-11	●
3.6 Limites do relatório	8-11	●
3.7 Eventuais limitações quanto ao escopo ou limite	8-11	●
3.8 Base para consideração de joint ventures e subsidiárias	8-11	●
3.9 Técnicas de medição de dados	8-11	●
3.10 Explicação sobre reformulações de informações publicadas	8-11	●
3.11 Mudanças no escopo, limites ou método de medição em relação a relatórios anteriores	8-11	●

	PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
ESCOPO DO RELATÓRIO		
3.12 Sumário de conteúdo GRI	84-89	●
3.13 Verificação externa de dados do relatório	--	×
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO		
4.1 Estrutura de governança da organização	14; 28-30	●
4.2 Acúmulo de funções de presidência do grupo de governança e diretoria executiva	14; 90	○
4.3 Porcentagem dos conselheiros que são independentes, não executivos	14; 90	○
4.4 Mecanismos para acionistas fazerem recomendações ao Conselho de Administração	14; 28-30	○
4.5 Relação entre remuneração dos conselheiros e o desempenho da organização	--	×
4.6 Processos para evitar conflitos de interesses	28-30	○
4.7 Qualificações dos membros do mais alto órgão de governança	--	×
4.8 Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos	28-30	●
4.9 Procedimentos para supervisionar o desempenho econômico, social e ambiental	28-30	○
4.10 Processos para a autoavaliação do desempenho (econômico ambiental e social)	--	×
Compromissos com iniciativas externas		
4.11 Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução	--	×
4.12 Princípios e/ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	17; 34	●
4.13 Participação em associações	17; 34	●
Engajamento com stakeholders		
4.14 Relação dos grupos de stakeholders engajados pela organização	17; 30-34	●
4.15 Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais engajar	17; 30-34	●
4.16 Abordagens para o engajamento dos stakeholders	17; 30-34	●
4.17 Preocupações levantadas por meio do engajamento dos stakeholders	17; 30-34	●

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- × Não informado

		PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
INDICADORES DE DESEMPENHO			
Desempenho econômico			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	38-39	●
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido a mudanças climáticas	39	○
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	51-54	●
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	--	×
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local	51-54	●
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	31-32	●
EC7	Contratação local	51	○
EC8	Impacto de investimentos em infraestrutura oferecidos para benefício público	--	×
EC9	Descrição de impactos, econômicos indiretos significativos	20-23	●
Desempenho ambiental			
EN1	Materiais usados por peso ou volume	65-69	●
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	65-66	●
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	69-71	●
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	--	×
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	69-71	●
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	--	×
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	--	×
EN8	Total de água retirada por fonte	71-73	●
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	--	×
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	71-73	●
EN11	Localização e tamanho da área possuída	66-69; 80-81	●
EN12	Impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços	81-83	○
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	66-69; 80-81	●

		PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
Desempenho ambiental			
EN11	Localização e tamanho da área possuída	66-69; 80-81	●
EN12	Impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços	81-83	○
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	66-69; 80-81	●
EN14	Estratégias para gestão de impactos na biodiversidade	81-83	○
EN15	Numero de espécies na Lista Vermelha da IUCN e outras listas de conservação	81-83	○
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	74-77	●
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeitos estufa	74-77	●
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	74-77	●
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	--	×
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	74-77	●
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	73-74	●
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e métodos de disposição	77-80	●
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	--	×
EN24	Peso de resíduos transportados, considerados perigosos	77-80	●
EN25	Descrição de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats	--	×
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	64-83	●
EN27	Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produto	65-69	○
EN28	Valor multas e número total de sanções resultantes da não conformidade com leis	--	×
EN29	Impactos ambientais referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	82-83	●
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	64-65	●

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- × Não informado

		PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
Desempenho social			
Práticas trabalhistas			
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	14-15; 40-42	●
LA2	Numero total e taxa de rotatividade de empregos, por faixa etária, gênero e região	50	○
LA3	Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários	51-54	●
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordo de negociação coletiva	63-64	○
LA5	Prazo mínimo de antecedência para notificações sobre mudanças significativas nas operações	63	○
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	--	×
LA7	Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos	54-58	○
LA8	Programas de educação, prevenção e controle de risco	54-58	●
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	58	●
LA10	Média de horas por treinamento por ano	58-62	●
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	58-62	●
LA12	Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	62-63	○
LA13	Perfil do público interno por gênero, faixa etária e outros indicadores de diversidade	42-50	●
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	--	×
Direitos humanos			
HR1	Cláusulas de direitos humanos em contratos de investimentos	--	×
HR2	Empresas contratadas submetidas a avaliações referentes a direitos humanos	31-32; 41-42	○
HR3	Treinamento em políticas e práticas relativas aos direitos humanos	61-64	○
HR4	Numero total de casos de discriminação e as medidas tomadas	--	×
HR5	Política de liberdade de associação e o grau da sua aplicação	63-64	●
HR6	Medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	31-32; 61-62	●
HR7	Medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado	31-32; 61-62	●

		PÁGINA	NÍVEL DE APLICAÇÃO
Direitos humanos			
HR8	Políticas de treinamentos relativos a aspectos de direitos humanos para seguranças	61-62	○
HR9	Numero total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	33	○
Sociedade			
SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	32-33	●
SO2	Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	33-34	○
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	33-34	○
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	33-34; 61-62	○
SO5	Posições quanto a políticas públicas	17; 34	●
SO6	Políticas de contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições correlatas	34	○
SO7	Numero de ações judiciais por concorrência desleal	--	×
SO8	Descrição de multas significativas e número total de sanções não monetárias	--	×
Responsabilidade sobre o produto			
PR1	Política para preservar a saúde e segurança do consumidor durante o uso do produto	--	×
PR2	Não conformidades relacionadas aos impactos causados por produtos e serviços	--	×
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	--	×
PR4	Não conformidades relacionadas à rotulagem de produtos e serviços	--	×
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas	30-31	○
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados à comunicação	--	×
PR7	Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	--	×
PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade de clientes	--	×
PR9	Multas por não conformidade relacionadas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	--	×

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Instituto Aço Brasil

Av. Rio Branco, 181, 28º andar – Centro

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.040-007

Tel.: (21) 3445-6300

E-mail: acobrasil@acobrasil.org.br

Solicitações de esclarecimentos sobre este relatório deverão ser encaminhadas à Diretoria de Imagem e Comunicação do Instituto Aço Brasil.

Conselho Diretor

Presidente: André B. Gerdau Johannpeter (Gerdau)

Vice-Presidente: Albano Chagas Vieira (Votorantim Siderurgia)

Conselheiros: Alexandre de Campos Lyra (V & M do Brasil)
Benjamin Mário Baptista Filho (ArcelorMittal Tubarão)
Clayton Labes (Sinobras)
Clênio Guimarães (Aperam)
Harry Peter Grandberg (Villares Metals)
Jefferson de Paula (ArcelorMittal Aços Longos)
Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau Aços Especiais)
Jorge Luiz Ribeiro de Oliveira (ThyssenKrupp CSA)
Julián Alberto Eguren (Usiminas)
Manoel Vitor de Mendonça Filho (Gerdau Açominas)
Paulo Perlott Ramos (Gerdau Aços Longos)
Sérgio Leite de Andrade (Usiminas)
Tancredo Martins (VSB Tubos do Brasil)

Diretoria Executiva

Presidente Executivo: Marco Polo de Mello Lopes

Diretores: Maria Cristina Yuan
Débora Oliveira
Catia Mac Cord Simões Coelho
Cristiano Buarque



CRÉDITOS

Agradecimento

Ao longo de todas as etapas de discussão e elaboração deste relatório, foi fundamental a participação dos colaboradores das empresas associadas, que se empenharam em fornecer dados adequados aos critérios definidos e exigidos pela consolidação setorial, zelando pela qualidade e confiabilidade das informações disponibilizadas. O Instituto Aço Brasil é grato a todos que contribuíram nesse processo.

Coordenação

Instituto Aço Brasil

Consultoria de processo e conteúdo do relatório

AMCE Negócios Sustentáveis

Consultoria técnica

Setepla Tecnometal Engenharia Ltda.

Projeto gráfico

Crama Design Estratégico

Direção de Design: **Ricardo Leite**

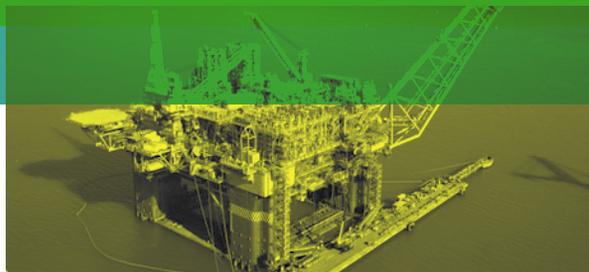
Designers: **Juan Gonzalez,**

Juliana Cunha, Sérgio Carvalho

Imagem

Foto da página 55 de Daniel Ducci

Impressão



Instituto Aço Brasil
Avenida Rio Branco, 181/28º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.040-007
www.acobrasil.org.br